

RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2015/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2015/2016

Janeiro/2017

“O ensino, como a justiça, como a administração, prospera e vive muito mais realmente da verdade e moralidade, com que se pratica, do que das grandes inovações e belas reformas que se lhe consagram.”

Rui Barbosa

COMPOSIÇÃO

Des. Julizar Barbosa Trindade

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO

Dra. Elizabete Anache

JUÍZA AUXILIAR

Dr. Juliano Rodrigues Valentim

JUIZ AUXILIAR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
SOBRE O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA	10
JUÍZES AUXILIARES.....	11
PALAVRAS DO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA	12
COMPOSIÇÃO INSTITUCIONAL - BIÊNIO 2015/2016	13
COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL - CEJAI	14
Coordenadoria das Varas de Execuções Penais COVEP	14
Comissão de alienação de bens apreendidos em ações penais	15
SECRETARIA DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA	15
ORGANOGRAMA	18
DESTAQUES.....	19
POSSE DO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA.....	19
CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA É ELEITO MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO COLÉGIO PERMANENTE DOS CORREGEDORES-GERAIS DE JUSTIÇA	20
MEDALHA DA INSÍGNIA DO MÉRITO	21
CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA É NOMEADO PRESIDENTE DO VII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO	22
CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA CONCLUI O IV CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA E DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS DE MS.....	23
ATUAÇÃO DA CORREGEDORIA - ATOS NORMATIVOS	24
ATIVIDADES DO CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA FRENTE AO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA.....	29
COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL – CEJAI	29
COORDENADORIA DAS VARAS DE EXECUÇÃO PENAL – COVEP.....	30
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	30
ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS EM PROCEDIMENTOS PENAIS	39
ALIENAÇÃO JUDICIAL ELETRÔNICA.....	39
EXPEDIENTES DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA	40
GERÊNCIA DE SISTEMAS EXTERNOS.....	43
CORREIÇÃO.....	45
CORREIÇÃO EXTRAJUDICIAL E APOIO ÀS UNIDADES EXTRAJUDICIAIS	45
CORREIÇÃO JUDICIAL E APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS	48
PADRONIZAÇÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA	49
PARTICIPAÇÃO DO CORREGEDOR EM ENCONTROS E EVENTOS	57
ENCONTROS E EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA	91
OUTRAS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96

APRESENTAÇÃO

A Corregedoria-Geral de Justiça, gerida no biênio 2015/2016 pelo Desembargador Julizar Barbosa Trindade, é órgão de orientação, controle e fiscalização dos serviços forenses no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, exercendo tais atividades em consonância com as determinações constitucionais federal e estadual vigentes e de acordo com as determinações do Código de Normas (Provimento nº 1, de 27 de janeiro de 2003). Este órgão tem jurisdição em todo o Estado e é composto pelo Corregedor-Geral de Justiça e dois Juízes Auxiliares.

O relatório visa sintetizar as principais atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral de Justiça, as quais foram desenvolvidas com base nas metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e no plano de gestão desta Corregedoria.

Foram dois anos de muito trabalho, destacando-se a atuação de toda a equipe que auxiliou o órgão correcional durante a gestão, a qual, apesar da sobrecarga de trabalho, envidou esforços, com afinco, em busca de um objetivo bem definido: realizar, prontamente, todas as atribuições apresentadas e correição em 100% das unidades judiciais e extrajudiciais, sempre primando pelo cumprimento da missão institucional e intensificando a atividade fiscalizatória.

Na elaboração do presente relatório, resta consignado, além das atividades fiscalizatórias desempenhadas pelo Corregedor, com o auxílio dos Juízes Auxiliares, também as administrativas, realizadas pela Secretaria que integra o órgão

SOBRE O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA



O Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Julizar Barbosa Trindade, é natural de Ouro Branco, na Bahia, e formou-se em Direito na Fundação Educacional Eurípedes Soares da Rocha de Marília (SP). Ingressou na magistratura sul-mato-grossense em fevereiro de 1982, como juiz substituto em Corumbá. Promovido, por merecimento, como Juiz de Direito, para a Comarca de Glória de Dourados, em maio de 1982. Posteriormente, foi promovido por merecimento para a 2ª Vara da Comarca de Amambai, segunda entrância, em 1984.

Na sequência, em 1985, foi removido, a pedido, para a 1ª Vara Cível da Comarca de Ponta Porã. Em dezembro de 1988, foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Campo Grande, Entrância Especial, para a Vara de Entorpecentes e Delitos de Trânsito com vítimas. Foi transferido, por permuta, para a Vara da Fazenda e Registros Públicos

da Comarca de Campo Grande em 1991. Em 1993, foi transferido, por permuta, para a 3ª Vara Cível Residual da Comarca de Campo Grande. No ano de 2002, foi removido para a Vara de Precatórias Cíveis da Comarca de Campo Grande.

Em fevereiro de 2007, o Corregedor foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Destaca-se, ainda, que foi professor na Esmagis dos juízes substitutos aprovados nos últimos concursos realizados pelo Tribunal de Justiça deste Estado. Durante sua carreira, frequentou e participou de inúmeros cursos e seminários na área jurídica realizados em todo o território nacional. Participou de várias diretorias da Amamsul, até mesmo como Vice-Presidente. Escreveu artigos jurídicos para revistas e jornais.

Assumiu o cargo de Corregedor-Geral de Justiça em 30 de janeiro de 2015.

JUIZES AUXILIARES



Elizabete Anache, Juíza de Direito, natural de Campo Grande/MS, foi aprovada no XVI Concurso de Provas e Títulos e tomou posse no cargo de Juíza Substituta na data de 2/2/1994. Em 30/11/1994 foi promovida para o cargo de Juíza de Direito da 1ª Entrância, na Comarca de Bataguassu. Na data de 8/11/1996, foi promovida para a 1ª Vara Cível e Criminal, Juizado Especial Adjunto Cível e Criminal da Comarca de Bela Vista, 2ª Entrância. Em 3/7/2000, foi removida, a pedido, para a Vara Criminal da Comarca de Aquidauana.

No dia 9/11/2001, foi promovida para a 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Campo Grande, Entrância Especial. Em 10/10/2003, foi designada para a função de suplente na Turma Recursal, pelo prazo de dois anos. Ainda, em 2/8/2006 foi designada como titular da 2ª Turma Recursal Mista, pelo prazo de dois anos. Atuou como Juíza Auxiliar da Presidência no período de 3/2/2009 a 4/7/2010, de 5/7/2010 a 31/1/2011, 1º/2/2011 a 1º/4/2012 e 30/6/2014 a 30/9/2014.

Por fim, foi convocada para exercer a função de Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, de 2/12/2014 a 31/1/2015 e de 1º/2/2016 e 31/1/2017.



Juliano Rodrigues Valentim, Juiz de Direito, natural de Dracena/SP, foi aprovado no XX Concurso Público de provas e títulos e tomou posse no cargo de Juiz Substituto em 11/5/2000, para ser lotado na 3ª Circunscrição. Foi promovido para a Vara Cível e Criminal da Comarca de Bataguassu, primeira entrância, em 4/9/2000. Na data de 22/11/2001 foi promovido para a Comarca de Naviraí, segunda entrância. Foi designado para a função de Diretor do Foro da Comarca de Naviraí no período de 4/2/2002 a 28/2/2003, de 1º/3/2003 a 28/2/2005, de 1º/3/2005 a 28/2/2006, 1º/3/2006 a 28/2/2007, de 1º/3/2008 a 24/4/2009 e 1º/3/2009 a 17/9/2009.

Foi promovido para o desempenho do cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Campo Grande, Entrância Especial, em 28/9/2009. Foi removido, a pedido, para a 5ª Vara Criminal de Competência Residual da Comarca de Campo Grande, Entrância Especial, em 12/4/2012. Em 1º/10/2014 foi designado para o cargo de Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e, por fim, foi convocado para exercer a função de Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça de 1º/2/2015 a 31/7/2017.

PALAVRAS DO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Ao assumir a Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul tinha ciência da honrosa e grande responsabilidade que me foi outorgada, mormente em razão da realidade da Justiça de 1º Grau. Desse modo, busquei manter uma equipe preparada, colaboradora e coesa para executar os trabalhos, primando pela propositura de soluções capazes de fazer frente às dificuldades presentes na primeira instância do Poder Judiciário.

Como Corregedor, propus o Plano de Gestão alinhado ao Plano Estratégico do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, metas, objetivos, programas e projetos para aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados à comunidade bem como a eficiência, eficácia e efetividade destes, resultante da identificação de demandas ávidas por mudanças, arrojo e inovação. Assim sendo, todo o planejamento do Órgão Correccional foi construído visando promover a implantação de seus projetos aos desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Justiça, levando para sua atividade ações preventivas ou interventivas para melhoria do serviço jurisdicional.

O foco da proposta foi aumentar a velocidade na prestação jurisdicional até um padrão compatível com as necessidades de uma sociedade globalizada e em desenvolvimento e, notadamente, modernizar as atividades laborativas, aprimorando e dando maior celeridade à consecução das atividades prestadas aos jurisdicionados.

A crença na força do trabalho em equipe, na sua união e dedicação e no comprometimento, permitiu-me dar continuidade aos trabalhos que estavam em andamento, introduzir novas ideias e implementar medidas voltadas à valorização das rotinas cartorárias no âmbito judicial e também na seara extrajudicial.

Assim, deixo aqui meus agradecimentos, primeiramente, a Deus por ter tornado possível concluir o mister que me foi delegado, à minha maravilhosa família, ao Corregedor-Geral de Justiça Adjunto, Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques, aos Juízes Auxiliares, Drª. Elizabete Anache e Dr. Juliano Rodrigues Valentim, todos os servidores e prestadores de serviço que não envidaram esforços para o garantir o cumprimento da missão institucional. Ainda, meus cordiais cumprimentos e reconhecimento aos juízes de 1º Grau, que possibilitaram o atendimento de todas as atividades, mesmo quando não detinham recursos para tanto.

O bem sucedido desempenho de todos merece aplausos, que representaram a boa vontade e a união no decorrer do biênio 2015/2016.

COMPOSIÇÃO INSTITUCIONAL - BIÊNIO 2015/2016

DES. JULIZAR BARBOSA TRINDADE

Corregedor-Geral de Justiça

Secretária Executiva:

Mikeline Bueno de Menezes

Assessoria Jurídica:

Carlos Alberto Pereira Andrino

Robson Carvalho de Queiroz

Roberto Claudy Teixeira

Rubem Aloysio Monteiro Moreira Neto

Juízes Auxiliares

Dra. Elizabete Anache

Assessoria:

Djailson Augusto Borges e Souza

Janaína Prado da Cunha

Sérgio Ricardo de Souza Santos Júnior

Dr. Juliano Rodrigues Valentim

Assessoria:

Carolynne Fialho Maachar

Gabriel Adolfo Martins

Tatiana Passos de Ruchkys

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL - CEJAI

Membros

Desembargador Julizar Barbosa Trindade - Presidente

Desembargador Eduardo Machado Rocha – Representante do Tribunal Pleno

Dr.ª Katy Braun do Prado – Juíza da Vara da Infância, Juventude e do Idoso de Campo Grande

Dr. Hudson Shiguer Kinashi (Procurador de Justiça) – Representante do Ministério Público Estadual

Dr. Rodrigo Zoccal Rosa (Defensor) – Representante da Defensoria Pública Estadual

Servidora

Renata Ushiro

COORDENADORIA DAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS – COVEP

Coordenador-Geral

Desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques

Juízes Membros

Dr. Alexandre Antunes da Silva - Juiz de Direito Auxiliar da Presidência (Fev/2015 a Nov/2016)

Dr. Paulo Afonso de Oliveira – Juiz Auxiliar da Presidência (Nov/2016 a Jan/2017)

Dr. Juliano Rodrigues Valentim – Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça

Dr. Albino Coimbra Neto – Juiz de Direito da 2ª de Execução Penal de Campo Grande

Dr. Wilson Leite Corrêa – Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal Residual de Campo Grande

Dr. Thiago Nagasawa Tanaka – Juiz de Direito Auxiliar da Capital (Fev/2015 a Set/2015)

Servidores

Edis Vilas Boas – Gestor Penitenciário

Eduardo Silva Mattos – Assessor Técnico Especializado

Keilla Liziani Mello Araújo – Coordenadora

COMISSÃO DE ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS EM AÇÕES PENAIS

Ádila Catan Sonono Marchiori
Erica Cristina Machado Coelho Ferreira
Neiton Santos Carvalho Alves

SECRETARIA DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Diretora da Secretaria

Azenaide Rosselli Alencar

Assessoria Técnica Especializada

Gilda Clarice Prieto dos Santos
Gislaine Freitas Coutinho

Coordenadoria de Expediente da Secretaria

Viviane Baptista Ferreira Ocampos Oruê (Coordenadora)
Albertino Antônio Neves
Elu Bozzano Rosa
Marisa Kanashiro
Priscila Vilhagra dos Santos (Mirim)

Comissão de Gerência de Sistemas Externos

Eugênio Tomigawa
Wanessa Gomes Teixeira
Henrique dos Santos Leite (estagiário)

Departamento de Correição Extrajudicial e Apoio às Unidades Extrajudiciais

Diretor de Departamento

Edir Soken
Cristiane Caetano de Castro – Analista Judiciário

Comissão Permanente de Correição Extrajudicial

Alessandra Eloy Tavares
Ary da Cruz Vieira
Luciano Bomfim Azambuja
Mariellen Cristina dos Anjos Martins
Rafael Camargo da Silva
Ronaldo Pereira Fujimoto
Terezinha Lima Menezes Medeiros
Vera Augusta Agueiro da Cruz

Coordenadoria de Organização e Controle das Unidades Judiciais

Rosana Tomigawa Tomi (Coordenadora)
Marcos Antônio Ramsdorf
Thales Denner Ajala de Almeida (estagiário)

Departamento de Correição Judicial e Apoio às Unidades Judiciais

Diretora de Departamento

Ademilde Maria Bezerra Silva
Ana Carolina Passos Alfonso – Analista Judiciário

Comissão Permanente de Correição Judicial

Angélica Yabusame Utima Ecco
Débora Dutra Jorge
Fabiano Abdo
Jessica Alencar
Marcello Augusto Zeolla Couto
Marineide Velasques da Costa Pinto
Rosana Tomoko Kanashiro

Coordenadoria de Serviço Psicossocial

Rinaldo Gomes Garcia (Coordenador)
Soraia Costa de Carvalho

Coordenadoria de Serviços de Distribuição, Contadoria e Partidoria

Wilfrid José Gutterres (Coordenador)
Gustavo Henrique Comparim Gomes
Lisie Moura de Freitas Cabrera

Relatório de Atividades - **Biênio 2015/2016**

Departamento de Padronização da Primeira Instância – DEPMI

Diretora de Departamento

Juliana Guirelli Fancelli

Coordenadoria das Varas Cíveis

Franciele Sgarbossa (Coordenadora)

Ana Cristina Oliveira Pettengill

Juliane Cristina Bernar de Oliveira Brito

Coordenadoria das Varas Criminais

Erika Yuri Kurose (Coordenadora)

Daniela Thayana Alle Fantinato

Coordenadoria das Varas Digitais

Thiago Garcia de Figueiredo (Coordenador)

Rafael Borges Leite

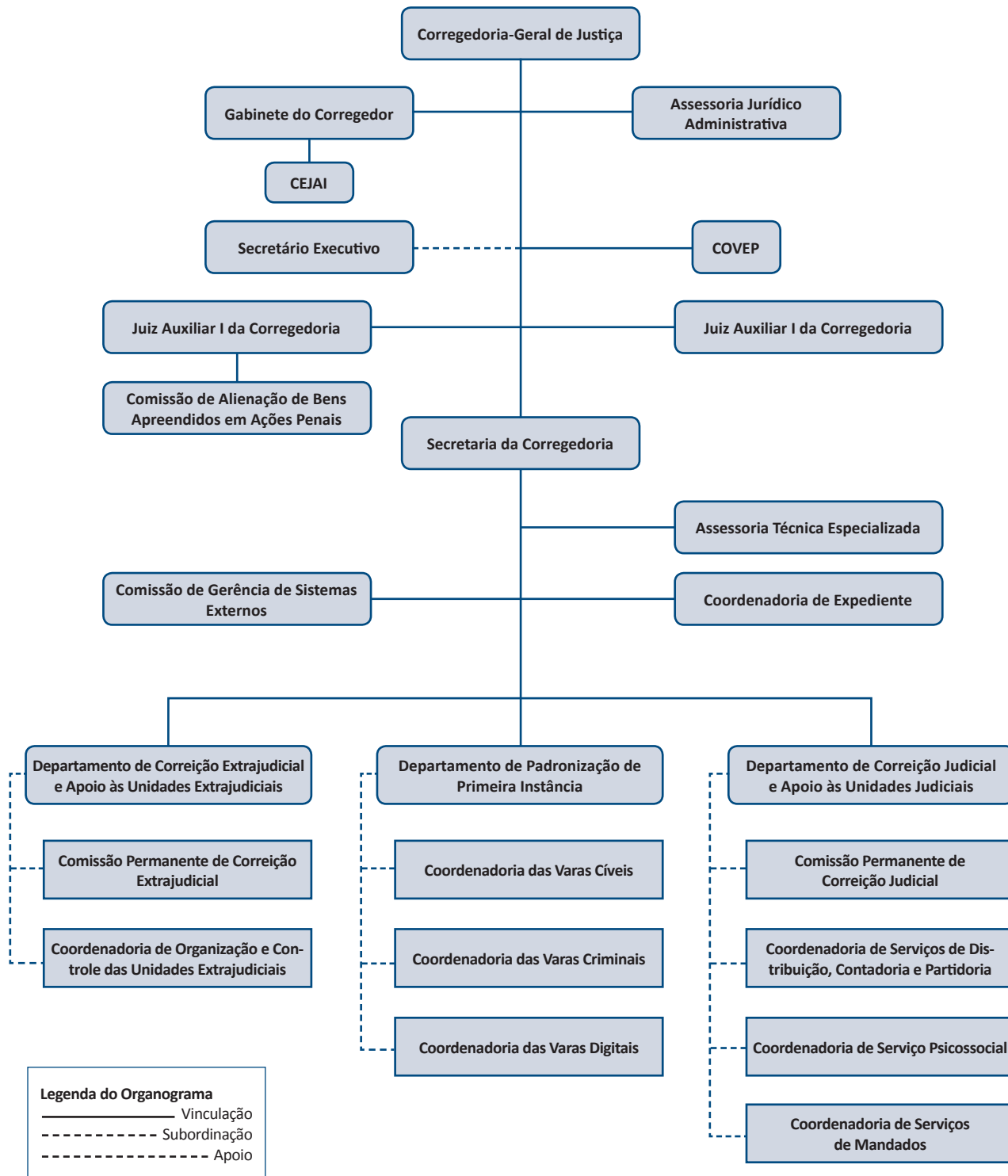
Liliane Valiente dos Santos

EQUIPE CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



FOTO - TJMS

ORGANOGRAMA



DESTAQUES

POSSE DO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA



O Desembargador Julizar Barbosa Trindade foi empossado como Corregedor-Geral de Justiça no dia 30 de janeiro de 2015, no plenário do Tribunal Pleno, no Palácio da Justiça, passando a compor a nova Administração do Tribunal de Justiça para o biênio 2015/2016, juntamente com os Desembargadores João Maria Lós (Presidente) e Paschoal Carmello Leandro (Vice-Presidente).

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA É ELEITO MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO COLÉGIO PERMANENTE DOS CORREGEDORES-GERAIS DE JUSTIÇA



Da esquerda para a direita, desembargadores (as) Gilberto Marques Filho (Tesoureiro); Regina Ferrari (1ª Secretária); Nelma Sarney (Ex-Presidente); Maria Erotides Kneip (Presidente); Eugênio Grandinetti (1º Vice-Presidente); Julizar Trindade (2º Vice-Presidente).

No decorrer do biênio, o Corregedor-Geral de Justiça participou de todos os Encontros de Corregedores-Gerais de Justiça.

Dentre uma das funções de destaque, durante o 70º Encontro realizado em novembro de 2015, em Barreirinhas (Maranhão), o Corregedor foi eleito como o 2º Vice-Presidente do Colégio Permanente dos Corregedores-Gerais do Brasil, passando a fazer parte da nova Comissão Executiva daquele Colegiado desde o dia 1º de janeiro de 2016.

O 70º Encontro, realizado nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 2015, teve como tema o “Futuro da Justiça: perspectivas em um cenário desafiador”. Durante o evento foram debatidos todos os entraves enfrentados pela Justiça de 1º grau, oportunidade que os Corregedores-Gerais de Justiça dos Estados trocaram experiência na busca de melhorias no Sistema da Justiça, bem como houve o intercâmbio das boas práticas.

MEDALHA DA INSÍGNIA DO MÉRITO



A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (PM/MS) realizou uma solenidade (02/09/2015), no Parque dos Poderes, em Campo Grande, alusiva aos 180 anos da instituição. Na ocasião, houve desfile de autoridades, exposições e outorga das medalhas e da Insígnia do Mérito Policial Militar.

Na ocasião, o Corregedor-Geral de Justiça foi agraciado com a entrega da medalha Insígnia do Mérito Policial Militar por ter prestado relevantes serviços a instituições e que efetivamente contribuíram para o seu aperfeiçoamento e projeção social.



CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA É NOMEADO PRESIDENTE DO VII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

O Corregedor-Geral de Justiça foi nomeado como Presidente do VII Concurso Público de Provas para provimento de cargos públicos da estrutura funcional do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, divulgado por meio do Edital nº 09, de 1º de julho de 2015.

O concurso teve como finalidade prover cargos da estrutura funcional do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, observados os termos da Resolução nº 69, de 9 de maio de 2012, publicada no Diário da Justiça nº 2649, de 16 de maio de 2012, e atendendo o disposto nos itens 15.2 e 15.3, do Edital nº 01, de 27 de março de 2015.

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA CONCLUI O IV CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA E DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS DE MS



O IV Concurso Público para outorga e delegação de serviços notariais e registrais do Estado de Mato Grosso do Sul foi aberto por meio Edital nº 001/2014, publicado no DJE nº 3107, de 7 de maio de 2014, para o preenchimento de 85 (oitenta e cinco) serventias extrajudiciais, para as modalidades de ingresso por provimento e remoção.

O certame foi constituído das fases de provas objetiva, escrita e prática, inscrição definitiva mediante apresentação de documentos comprobatórios, oral e de títulos. Concluídas todas as etapas, o concurso foi homologado por decisão do Colendo Órgão Especial, em sessão ordinária realizada na data de 15 de julho de 2015, publicada no Diário de Justiça Eletrônico nº 3386, p. 2, de 16 de julho de 2015, nos autos do Pedido de Providências nº 163.161.0002/2013.

A Comissão Organizadora do IV Concurso Notarial e Registral, presidida pelo Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Julizar Barbosa Trindade, realizou a audiência pública de escolha das serventias no dia 25 de setembro de 2015 e, posteriormente, no dia 25 de fevereiro de 2016, foi feita a audiência de reescolha dos serviços notariais que permaneceram vagos em razão do decurso de prazo para a investidura ou para a entrada em exercício dos candidatos, decorrentes da primeira sessão de escolha.

Após a finalização do IV concurso, com a outorga da delegação, investidura e entrada em exercício dos candidatos, restaram providas 70 (setenta) serventias extrajudiciais, de modo que 15 (quinze) serviços notariais e de registro permaneceram vagos por ausência de escolha ou decurso de prazo para a investidura, os quais serão disponibilizados no próximo certame.

ATUAÇÃO DA CORREGEDORIA ATOS NORMATIVOS

O Corregedor-Geral de Justiça, visando adotar providências para aprimorar a atividade judicial de primeira instância e das serventias extrajudiciais, editou provimentos e portarias.

- **31 (trinta e um) Provimentos editados**

– **PROVIMENTO Nº 119, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015.** Altera a redação dos artigos 495-B e 495-C, do Provimento nº 1, de 27 de janeiro de 2003 (Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça).

– **PROVIMENTO Nº 120, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2015.** Acrescenta o art. 554-A ao Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

– **PROVIMENTO Nº 121, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.** Dispõe sobre a limitação do teto remuneratório, a escrituração de Livro de Registro Diário Auxiliar pelos titulares das serventias extrajudiciais e pelos responsáveis interinos pelos serviços vagos ou vago/sub judice, recolhimento da diferença entre receitas e despesas.

– **PROVIMENTO Nº 122, DE 19 DE MARÇO DE 2015.** Regulamenta o inciso II do artigo 1º da Lei Estadual n. 4.633, de 24 de dezembro de 2014, modifica o artigo 1º, caput e acrescenta o § 6º, ambos do Provimento n. 100/CGJ-MS, de 16 de abril de 2014, e dá outras providências.

– **PROVIMENTO Nº 123, DE 10 DE ABRIL DE 2015.** Altera o caput e o parágrafo único do artigo 33 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e acrescenta o § 2º ao mencionado dispositivo.

– **PROVIMENTO Nº 124, DE 4 DE MAIO DE 2015.** Altera a redação do artigo 70, do Código de Normas desta Corregedoria-Geral de Justiça.

– **PROVIMENTO Nº 125, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.** Altera a redação do artigo 15 do Provimento 108, de 4 de junho de 2014.

– **PROVIMENTO Nº 126, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.** Altera a redação do § 2º do art. 8º, do Provimento n. 64, de 15 de agosto de 2011.

– **PROVIMENTO Nº 127, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.** Altera a redação do artigo 91 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

– **PROVIMENTO Nº 128, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015.** Altera a redação do parágrafo único do artigo 66 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Relatório de Atividades - **Biênio 2015/2016**

- **PROVIMENTO Nº 129, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015.** Acrescenta os artigos 1º-A e 1º-B ao Provimento 89, de 23 de agosto de 2013, da Corregedoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

- **PROVIMENTO Nº 130, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015.** Altera a redação dos artigos 37, 38 e 39 do Provimento n. 70/2012 da Corregedoria-Geral de Justiça.

- **PROVIMENTO Nº 131, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.** Altera a redação dos artigos 12 e 19 e acrescenta os artigos 19-A e 19-B, todos do Provimento n. 70/2012.

- **PROVIMENTO Nº 132, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.** Altera a redação do artigo 16 do Provimento n. 86/2013 da Corregedoria-Geral de Justiça.

- **PROVIMENTO Nº 133, DE 15 DE ABRIL DE 2016.** Revoga o § 2º do art. 123-A, do Provimento nº 1, de 27 de janeiro de 2003 (Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça), inserido pelo art. 3º do Provimento nº 24 de 17 de dezembro de 2009.

- **PROVIMENTO Nº 134, DE 19 DE ABRIL DE 2016.** Altera a redação do artigo 186, caput, e revoga o artigo 339, ambos do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça.

- **PROVIMENTO Nº 135, DE 19 DE ABRIL DE 2016.** Revoga o § 2º do art. 1º, do Provimento nº 3, de 31 de março de 2004, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PROVIMENTO Nº 136, DE 23 DE MAIO DE 2016.** Acrescenta parágrafo único ao artigo 206 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PROVIMENTO Nº 137, DE 23 DE MAIO DE 2016.** Acrescenta dispositivos ao Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça - Provimento nº 1, de 27 de janeiro de 2003 - dispendo sobre a ata notarial e a usucapião extrajudicial.

- **PROVIMENTO Nº 138, DE 6 DE JUNHO DE 2016.** Altera a redação do § 1º do artigo 209 do Provimento nº 1, de 27 de janeiro de 2003 (Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul).

- **PROVIMENTO Nº 139, 15 DE JUNHO DE 2016.** Revoga o Provimento nº 120, de 6 de fevereiro de 2015, que acrescentou o art. 554-A ao Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PROVIMENTO Nº 140, DE 8 DE AGOSTO DE 2016.** Autoriza o petição eletrônico de pessoa física perante o Sistema dos Juizados Especiais Cíveis nas causas em que o valor não ultrapasse 20 (vinte) salários mínimos e dá outras providências.

- **PROVIMENTO Nº 141, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.** Dispõe sobre a presença obrigatória de intérpretes em atos legais nos quais membros de povos indígenas precisem se expressar verbalmente.

- **PROVIMENTO Nº 142, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.** Altera a redação do artigo 102-E do Provimento nº 1, de 27 de janeiro de 2003 (Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul).
- **PROVIMENTO Nº 143, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.** Acrescenta o art. 615-A no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.
- **PROVIMENTO Nº 144, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.** Altera a redação do artigo 20 do Provimento nº 70, de 9 de janeiro de 2012, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.
- **PROVIMENTO Nº 145, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.** Acrescenta o § 9º ao artigo 145 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.
- **PROVIMENTO Nº 146, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.** Cria a Central Eletrônica de Registro de Imóveis do Estado de Mato Grosso do Sul – CERI-MS, para operacionalização do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – SREI, regulamentado pelo Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça nº 47, de 19/6/2015.
- **PROVIMENTO Nº 147, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016.** Acrescenta o art. 522-B ao Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, disciplinando a postergação de emolumentos do protesto de decisões e sentenças decorrentes de alimentos, débitos trabalhistas e em favor de parte beneficiária de justiça gratuita e dá outras providências.
- **PROVIMENTO Nº 148, DE 12 DEZEMBRO DE 2016.** Dispõe sobre o recebimento de Termo Circunstanciado de Ocorrência lavrado pela Polícia Rodoviária Federal, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
- **PROVIMENTO Nº 149, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.** Dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **23 (vinte e três) Portarias editadas**

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0005/2015.** Dispõe sobre o credenciamento de perito para atuar na área criminal, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0006/2015.** Dispõe sobre o credenciamento de empresas para realização de alienação judicial eletrônica no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0007/2015.** Dispõe sobre o credenciamento de psicóloga para atuar nos feitos criminais nas Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0008/2015.** Dispõe sobre o credenciamento de perito para atuar na área criminal, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0009/2015.** Dispõe sobre o descredenciamento de perito para atuar na área criminal, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0011/2015.** Dispõe sobre o credenciamento de psicóloga para atuar nos feitos criminais nas Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0051/2015.** Regulamenta o artigo 1º da Resolução nº 82/2009 do CNJ, que versa sobre o envio, em ofício reservado, de afirmação de suspeição de magistrado por motivo íntimo, ao Conselho Superior da Magistratura.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0139/2015.** Delega à Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça poderes para assinar os Termos de Investidura dos candidatos aprovados no IV Concurso Público para Outorga e Delegação de Serviços Notariais e Registrais.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0186/2015.** Dispõe sobre o credenciamento de perito para atuar na área criminal, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0187/2015.** Dispõe sobre o credenciamento de psicólogo para atuar nos feitos criminais nas Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0001/2016.** Dispõe sobre o descredenciamento de perita para atuarem na área criminal, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0141/2016.** Dispõe sobre o horário de funcionamento das serventias extrajudiciais nos dias 8, 9 e 10 de fevereiro de 2016.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0142/2016.** Dispõe sobre o credenciamento de psicóloga para atuar nos feitos criminais nas Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0143/2016.** Dispõe sobre o credenciamento de psicóloga para atuar nos feitos criminais nas Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0151/2016.** Dispõe sobre o credenciamento de psicólogo para atuar nos feitos criminais nas Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0152/2016.** Dispõe sobre o credenciamento de perito para atuar na área criminal, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0155/2016.** Dispõe sobre o credenciamento de psicóloga para atuar nos feitos criminais nas Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0156/2016.** Determina o afastamento definitivo da interina do 3º Serviço de Notas de Tabelionato de Protesto e Títulos da Comarca de Campo Grande/MS e dá outras providências.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0157/2016.** Dispõe sobre o credenciamento de psicóloga para atuar nos feitos criminais nas Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0158/2016.** Dispõe sobre o credenciamento de intérprete para atuar nos processos judiciais em que membros de povos indígenas tenham limitação de comunicação na língua portuguesa.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0159/2016.** Dispõe sobre o credenciamento de intérprete para atuar nos processos judiciais em que membros de povos indígenas tenham limitação de comunicação na língua portuguesa.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0160/2016.** Dispõe sobre instauração de sindicância.

- **PORTARIA Nº 126.661.082.0161/2016.** Dispõe sobre o resultado do credenciamento de corretores e leiloeiros públicos oficiais para realização de alienação judicial no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

ATIVIDADES DO CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA FRENTE AO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Abaixo, seguem, resumidamente, as atividades desempenhadas no decorrer do biênio 2015/2016, frente às atividades relacionadas ao Conselho Superior da Magistratura:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Votos de recursos administrativos - CSM	58
Edital de notificação de inscrição de concursos de magistrado (remoção/promoção)	8

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL – CEJAI

No período compreendido entre os anos de 2015 e 2016, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional – CEJAI, em cumprimento às disposições de seu Regimento Interno, atuou regularmente no desenvolvimento de suas atividades, com a realização de 7 sessões e um total de 22 processos de habilitação para adoção internacional autuados.

No exercício da atribuição de emissão de documentos, a CEJAI expediu durante o biênio 22 Laudos de Habilitação e Qualificação para Adoção Internacional, 13 Certificados de Continuidade de Adoção, 6 Certificados de Conformidade de Adoção Internacional, além de aproximadamente 49 documentos de tipos distintos e uma média de 87 Ofícios para proceder às devidas comunicações, somando-se, ainda, o envio de cerca de 100 mensagens eletrônicas em respostas às consultas e para informações em geral.

A Comissão recebeu em torno de 212 mensagens eletrônicas. Outrossim, foram protocolizadas diversas petições e documentos, perfazendo um total próximo a 66 expedientes, advindos de interessados em adoção internacional que apresentaram diferentes formas de consulta, da Autoridade Central Administrativa Federal – ACAF, das Entidades Colaboradoras

em Adoção Internacional, na condição de Representante dos pretendentes estrangeiros. Ainda, destaca-se a apresentação de Relatórios Pós-Adotivos, os quais foram analisados e juntados aos respectivos processos, com a remessa de cópia às Varas da Infância e Juventude do Estado.

Ademais, com a finalidade de atender às formalidades exigidas, foram enviadas para publicação no Diário da Justiça as decisões, pautas de julgamento das sessões e respectivas resenhas de julgamento, mediante 16 encaminhamentos.

Neste período, visando unificar as habilitações à adoção internacional no País, passou-se a alimentar o Cadastro Nacional de Adoção, com a inclusão no referido Sistema dos 19 casais de pretendentes estrangeiros habilitados pela Comissão.

Oportuno ressaltar, ainda, que durante estes dois anos restaram concretizadas no Estado 5 adoções internacionais, nelas figurando pretendentes de nacionalidade italiana (3 adoções) e espanhola (2 adoções).

Por fim, houve a participação de Membro da CEJAI nas Reuniões organizadas pela Autoridade Central Administrativa Federal – ACAF, a fim de trazer ao conhecimento da Comissão o resumo dos assuntos tratados, regulamentações e recomendações feitas em âmbito nacional.

COORDENADORIA DAS VARAS DE EXECUÇÃO PENAL – COVEP

Instituída pela Lei nº 4.228, de 20 de julho de 2012, a Coordenadoria das Varas de Execução Penal do Estado de Mato Grosso do Sul (Covep) tem como finalidade exercer o efetivo controle e fiscalização do sistema carcerário, sistematizar a regionalização das Varas de Execução Penal e amenizar o problema da superlotação carcerária.

A Resolução nº 76, de 25 de julho de 2012, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado e o Provimento/CSM nº 381, de 21 de outubro de 2016, regulamentam a composição e as atribuições da Coordenadoria das Varas de Execução Penal e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Dentre as ações desenvolvidas pela Coordenadoria das Varas de Execução Penal e pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – COVEP/GMF/MS, no Biênio 2015/2016, pode-se destacar:



Reuniões realizadas no Tribunal de Justiça do Estado:

- Ano de 2015: no decorrer do ano foram realizadas 9 (nove) reuniões para tratar de assuntos atinentes à execução penal deste Estado, a saber, nos dias 29/01/2015; 02/03/2015; 09/04/2015; 21/05/2015; 19/06/2015; 30/07/2015; 03/09/2015; 05/11/2015 e 16/12/2015.
- Ano de 2016: durante o ano foram realizadas 4 (quatro) reuniões pela COVEP, nos dias 12/01/2016; 18/03/2016; 21/07/2016 e 21/09/2016.

Inspecões periódicas das Unidades Prisionais do Estado:

No decorrer do biênio 2015/2016, foram realizadas inspecões nos Estabelecimentos Penais e Delegacias de Polícia deste Estado, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Ano de 2015

COMARCA	INSPEÇÃO	PERÍODO
Campo Grande	Estabelecimento Penal de Regime Aberto e Casa do Albergado	11/2/2015
Campo Grande	Unidades penais em construção do Complexo da Gameleira	6/3/2015
Campo Grande	Estabelecimento Penal "Jair Ferreira de Carvalho"	19/3/2015

COMARCA	INSPEÇÃO	PERÍODO
Campo Grande	Unidades penais em construção do Complexo da Gameleira	24/7/2015
Dois Irmãos do Buriti, Aquidauana, Corumbá e Delegacia de Miranda	Presídios de Dois Irmãos do Buriti, Aquidauana e Corumbá e nas Celas da Delegacia de Polícia de Miranda	23 a 27/2/2015
Dois Irmãos do Buriti, Aquidauana, Corumbá, Anastácio e Miranda	Unidades penais de Dois Irmãos do Buriti, Aquidauana e Corumbá, e também nas Delegacias de Polícia de Anastácio e Miranda	25 a 29/5/2015
Ponta Porã	Estabelecimento Penal "Ricardo Brandão", Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã, e Delegacias de Polícia	23/6/2015
Camapuã, Chapadão do Sul, Costa Rica, Pedro Gomes, Sonora e Coxim	Delegacias de Polícia de Camapuã, Chapadão do Sul, Costa Rica, Pedro Gomes, Sonora, e no Estabelecimento Penal Masculino de Coxim	17 a 19/8/2016
Rio Brillhante, Naviraí, Nova Andradina e Bataguassu	Estabelecimentos Penais de Rio Brillhante, Naviraí, Nova Andradina e Bataguassu	14 a 16/9/2016
Jardim e Maracaju	Estabelecimentos Penais de Jardim, e também na Delegacia de Polícia de Maracaju	16/10/2015
Rochedo, Rio Negro, Corguinho, São Gabriel do Oeste, Rio Verde e São Gabriel do Oeste	Delegacias de Polícia de Rochedo, Rio Negro, Corguinho, São Gabriel do Oeste, Rio Verde, e nos Estabelecimentos Penais de São Gabriel do Oeste e Coxim	16 a 18/11/2016

Ano de 2016

COMARCA	INSPEÇÃO	PERÍODO
Campo Grande	Estabelecimento Penal de Regime Aberto e Casa do Albergado	27/1/2016
Campo Grande	Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada	31/5/2016
Campo Grande	Centro Penal Agroindustrial da Gameleira	8/6/2016
Camapuã, Cassilândia, Chapadão do Sul e Paranaíba	Delegacias de Polícia de Camapuã, e nos Estabelecimentos Penais de Cassilândia, Camapuã, Chapadão do Sul, e Paranaíba	7 a 8/4/2016

Relatório de Atividades - **Biênio 2015/2016**

COMARCA	INSPEÇÃO	PERÍODO
Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas	Delegacias de Polícia de Ribas do Rio Pardo, Água Clara, e nos Estabelecimentos Penais de Três Lagoas	11 a 12/4/2016
Dourados, Ponta Porã, Chapadão do Sul	Delegacias de Polícia de Dourados, Ponta Porã, Chapadão do Sul, e nos Estabelecimentos Penais de Ponta Porã, Rio Brillhante, Dourados	14 a 15/4/2016
São Gabriel do Oeste, Rio Verde, Coxim	Delegacias de Polícia de São Gabriel do Oeste, Rio Verde, Coxim, e nos Estabelecimentos Penais de São Gabriel do Oeste, Coxim	18/4/2016
Maracaju e Rio Brillhante	Cadeia pública de Maracaju e nos Estabelecimentos Penais de Rio Brillhante	15 a 16/6/2016
São Gabriel do Oeste	Estabelecimentos Penais de São Gabriel do Oeste	21/6/2016
Jardim	Delegacia de Polícia de Jardim e no Estabelecimento Penal "Máximo Romero"	18/7/2016

- **Controle e fiscalização do Sistema Carcerário – Transferência de presos entre as Unidades Prisionais do Estado:**

Expedientes analisados no biênio:

Decisões proferidas:	826
Ofícios expedidos:	3.842
Total:	4.668

- **Acompanhamento e emissão de parecer nos expedientes de Interdições Parciais ou Totais de Unidades Prisionais / Pedidos de Providências / Recursos Administrativos:**

Expedientes de Interdições Parciais ou Totais de Unidades Prisionais	Processo nº.	Situação:
Pedido de Interdição Parcial do Presídio Feminino Regime Semiaberto da Comarca de Corumbá-MS	126.677.0001/2015	Arquivado
Pedido de interdição da Unidade Carcerária localizada no 1º Distrito Policial de Ponta Porã-MS.	126.677.0003/2015	Em andamento

Expedientes de Interdições Parciais ou Totais de Unidades Prisionais	Processo nº.	Situação:
Pedido de Interdição Parcial da Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí.	126.677.0001/2014	Em andamento
Pedido de Interdição da Penitenciária de Segurança Média de Regime Fechado Masculino de Três Lagoas-MS.	126.677.0003/2014	Em andamento

Pedidos de Providências / Recursos Administrativos	Processo nº.	Situação:
Incidente de Desvio de Execução contra Portaria 01/2015 que dispõe sobre condições do regime semiaberto e aberto concedendo aos reeducandos o benefício da prisão domiciliar	126.152.0035/2016	Arquivado
Reclamação dos presos custodiados na Delegacia de Polícia da comarca de Nova Alvorada do Sul	049.152.0002/2015	Arquivado
Divergência no tocante à aplicação da regra disposta no art. 3º, inciso IV, da Resolução nº 76/2012 - TJ/MS, que regulamentou a Lei nº 4.228/2012.	049.164.0001/2015	Arquivado
Pedido de revogação do artigo 209, caput do Código de Normas da CGJ/MS.	126.152.0107/2016	Em andamento

- **Mutirão Carcerário do Ano de 2015:**



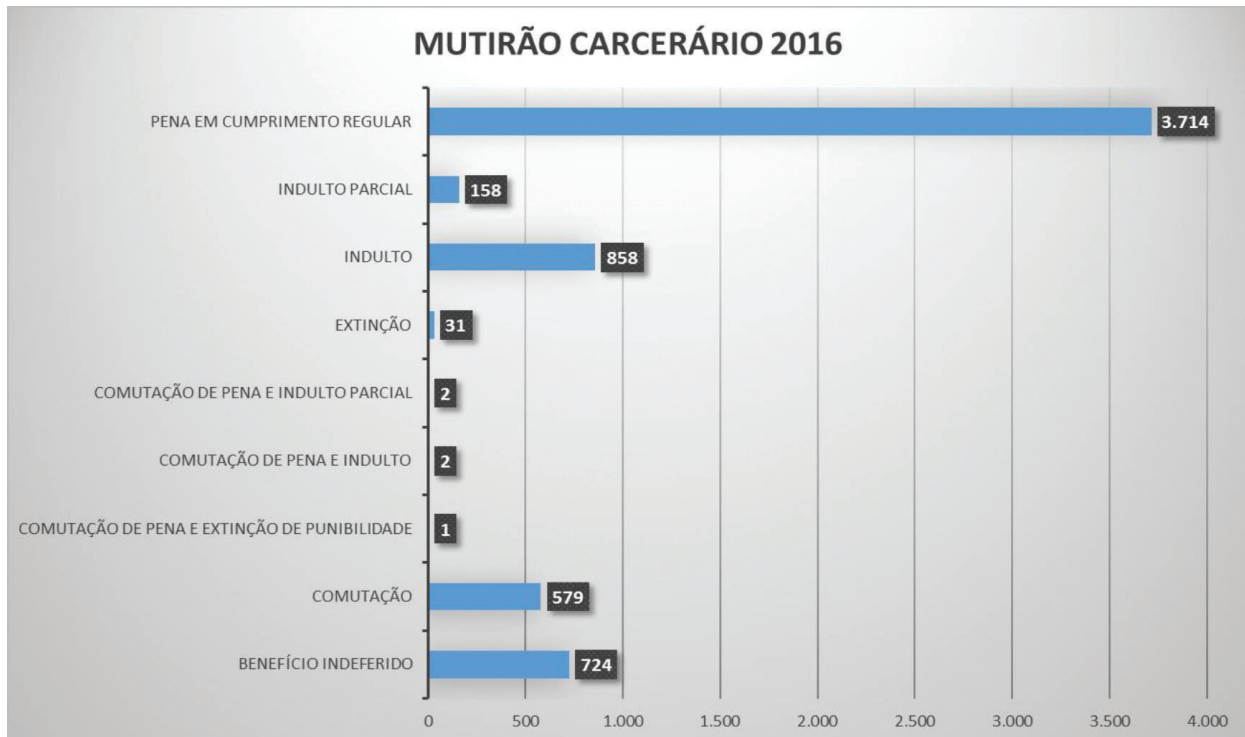
Realizado no período de 22 de junho a 10 de julho de 2015, e regulamentado pelo Provimento nº 345, de 07 de maio de 2015, do Conselho Superior da Magistratura, o Mutirão Carcerário de 2015 teve como objetivo principal o reexame de todos os processos de presos provisórios das Varas Criminais das Comarcas do Estado, bem como de todos os processos de presos condenados — definitivos ou provisórios da Vara Criminal de Aquidauana e da 3ª Vara Criminal de Dourados

O resultado da análise dos processos foi o seguinte:

NÚMEROS GERAIS				
	TOTAL DE PROCESSOS ANALISADOS	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	PRISÕES MANTIDAS	DILIGÊNCIAS
PRESOS PROVISÓRIOS	2.317	285	2.013	19
PRESOS CONDENADOS	2.413	421	1.992	116

- **Mutirão Carcerário do Ano de 2016:**

O Mutirão Carcerário do ano de 2016 foi realizado no período de 14 de junho a 8 de julho de 2016, e regulamentado pelo Provimento/CSM nº 366/2016, que teve como objetivo principal a análise dos processos de presos condenados com eventual direito à comutação de pena ou indulto, envolvendo todas as Varas Criminais e de Execução Penal do Estado. O resultado da análise dos processos de presos condenados com eventual direito à comutação de pena ou indulto foi o seguinte:



- **Construção e ampliação de presídios no Estado:**



No Biênio 2015/2016, a Coordenadoria das Varas de Execução Penal e o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, por seu colegiado, reuniram-se por diversas vezes com representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, da Ouvidoria Nacional de Serviços Penais do DEPEN (ONSP - DEPEN) e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), com o objetivo de viabilizar a execução de projetos de construção e ampliação de presídios no Estado, conforme segue no quadro demonstrativo abaixo:

COMARCA	ESTABELECIMENTO PENAL	CONTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO	VAGAS
Campo Grande	Cadeia Pública Masculina	Construção	603
Campo Grande	Cadeia Pública Masculina	Construção	603
Campo Grande	Cadeia Pública Feminina	Construção	407
Ponta Porã	“Ricardo Brandão”	Ampliação	228
Coxim	Masculino	Ampliação	144
Corumbá	Semiaberto Masculino	Construção	216
Corumbá	Semiaberto Feminino	Ampliação (Concluído)	30
TOTAL			2.231

Relatório de Atividades - Biênio 2015/2016

- **Reuniões e eventos:**

- **1º Encontro de Juízes das Varas de Execução Penal (Nov/2015):**

No dia 12 de novembro de 2015, no Tribunal de Justiça, os integrantes da Coordenadoria das Varas de Execução Penal e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário promoveram o “1º Encontro de Juízes das Varas de Execução Penal”, que envolveu todos os magistrados que atuam na execução penal, com o objetivo de uniformizar os procedimentos relativos à movimentação de presos nos estabelecimentos penais do Estado e discutir assuntos relacionados ao Sistema Penitenciário.

- **Inauguração do “Centro Clínico Multidisciplinar do Cotelengo Sul-mato-grossense” (DEZ/2015):**



O Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade e o Coordenador-Geral da COVEP/GMF/MS, Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques, participou da inauguração do Centro Clínico Multidisciplinar do Cotelengo Sul-mato-grossense, construído com recursos doados pela Central de Execução de Penas Alternativas (CEPA), vinculada à 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, que tem como Juiz Titular o Dr. Albino Coimbra Neto, Membro da COVEP/GMF/MS. Foram

doados R\$ 416.920,00 para a execução da obra da instituição. O Centro Clínico Multidisciplinar do Cotelengo atende crianças e jovens com paralisia cerebral e é constituído por salas de atendimento individual de fisioterapia, fonoaudiologia, nutricionista, enfermagem, psicóloga, assistente social, odontologia, além de sala de reuniões, sala do médico, banheiros adaptados, banheiros para a equipe de trabalho, copa e farmácia.

- **Reunião com representantes do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e da Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça (Jun/2016):**

O Desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques, Coordenador-Geral da COVEP/GMF/

MS, participou de reunião na SEJUSP, juntamente com representantes do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), e da Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça, em que foram discutidos assuntos relacionados às vistorias realizadas nos presídios pela equipe da Ouvidoria (DEPEN) e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Segue, abaixo, resumo de outros eventos com participação dos membros da COVEP:

DATA/PERÍODO	ASSUNTO/TEMA	LOCAL
27 a 28/5/2015	Workshop Nacional dos GMF's	Brasília
21/5/2015	Reunião da Coordenadoria da COVEP E GMF - obras de reforma no semiaberto feminino de Corumbá e também na unidade semiaberta masculina da cidade	TJMS
Junho/2015	solenidade de ativação do Módulo de Saúde do Complexo Penitenciário de Campo Grande, localizado na rua Urupês, no Jardim Noroeste	Campo Grande, Jardim Noroeste
Junho/2015	Implantação da Central Estadual de Alvarás de Soltura do Sistema Penitenciário	Campo Grande, sede da AGEPEN
Setembro/2015	O Presidente do TJMS, o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, o Coordenador-Geral da COVEP/GMF/MS, Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques, os juízes Gil Messias Fleming, Bonifácio Hugo Rausch, Paulo Roberto Cavassa de Almeida, o Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, receberam do Diretor-Presidente da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, Dr. Ailton Stropa Garcia, a Medalha Patrono Penitenciário "Senador Ramez Tebet".	Campo Grande
Dezembro/2015	Reunião para tratar do problema de saneamento existente na Penitenciária de Segurança Máxima da Comarca de Naviraí	Campo Grande/TJMS
Dezembro/2015	Discussão de medidas para a retirada de presos custodiados nas Delegacias de Polícia do Estado	Campo Grande, SEJUSP
Dezembro/2015	Celebração de Convênio para a realização de audiências por videoconferência	Campo Grande

DATA/PERÍODO	ASSUNTO/TEMA	LOCAL
Maio/2016	Inauguração da 5ª escola Estadual de Campo Grande reformada por detentos do regime semiaberto de Campo Grande	Campo Grande, Coophavila II
Junho/2016	Reunião com Técnicos da Coordenação de Engenharia do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)	Campo Grande
Outubro/2016	Reunião Institucional sobre vagas e fiscalização em UNEIS	Campo Grande
18/10/2016	Vistoria nas obras dos presídios em construção no Complexo da Gameleira	Campo Grande

ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS EM PROCEDIMENTOS PENAIIS

A Comissão de Alienação de Bens Apreendidos em Ações Penais visa alienar bens apreendidos não relacionados à Lei de Drogas, pela Polícia Judiciária e custodiados tanto por ela quanto pelo Poder Judiciário, especialmente veículos automotores guardados em depósitos abertos, expostos à intempérie e ao vandalismo, com expressiva depreciação de valor, bem como criadouros de mosquitos transmissores de doenças

Durante o biênio 2015/2016, foram realizados 6 (seis) leilões. Dentre os bens, foram alienados 54 (cinquenta e quatro) veículos em 2015 e 87 (oitenta e sete) automóveis e motos em 2016, totalizando 141 (cento e quarenta e um) bens levados à hasta pública.

Importante considerar que a Comissão somente envia para leilão os veículos após análise criteriosa dos processos judiciais, laudo de vistoria e baixa de débitos.

ALIENAÇÃO JUDICIAL ELETRÔNICA

No ano de 2015 foram habilitadas 11 (onze) empresas para realização da alienação judicial eletrônica no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, que foram devidamente aprovadas no processo de credenciamento, após análise criteriosa dos requisitos legal, de software e infraestrutura.

No ano de 2016, face à entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, a alienação judicial eletrônica sofreu importantes alterações de acordo com as diretrizes trazidas pelo novo ordenamento, impondo muitas adequações em procedimentos e fluxos de trabalho aos operadores do Direito, sobretudo em relação às pessoas e empresas que exercem atividades profissionais no âmbito do Judiciário.

O CPC determina em seu artigo 882, § 1º, que a alienação judicial por meio eletrônico será realizada de acordo com a regulamentação específica do Conselho Nacional de Justiça, o qual o fez por meio da Resolução nº 236, de 13/7/2016. No âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, a matéria foi regulamentada pelo Provimento-CSM 375, de 23 de agosto de 2016, publicado no Diário de Justiça nº 3643, de 24/8/2016, que dispõe sobre o credenciamento de leiloeiros e corretores públicos e os procedimentos para a realização da alienação judicial eletrônica no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

A Corregedoria-Geral de Justiça publicou o Edital nº 001/2016 no DJE nº 3647, de 31/8/2016, que teve como objeto o credenciamento de leiloeiros públicos oficiais e corretores para alienação judicial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Procedida à análise da documentação pertinente, restaram habilitados 14 corretores e 11 leiloeiros públicos oficiais.

EXPEDIENTES DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

No que tange às atividades da Corregedoria-Geral de Justiça, pautadas em recebimento, protocolo, expedição de documentos e tramitação processual de natureza administrativa, que tratam de matéria a ser apreciada por este Órgão Correicional, informa-se, a seguir, o quantitativo de documentos e processos extraídos do Sistema de Controle de Documentos e processos Administrativos – SCDPA durante o biênio 2015-2016.

PROCESSAMENTO 2015/2016		
Classes	2015	2016
Acompanhamento CNJ	0	101
Acompanhamento de Decisão	50	5
Análise de Portaria	137	111
Cancelamento de Selos	2	11
Concurso	0	1
Consulta	19	13
Credenciamento de Empresa Leilão	15	1
Interdição de Estabelecimento Penal	3	0
Pedido de Credenciamento	0	7
Pedido de Providências	176	117
Reclamação	1	0
Recurso Administrativo	3	2

Relatório de Atividades - Biênio 2015/2016

PROCESSAMENTO 2015/2016		
Classes	2015	2016
Representação por Excesso de Prazo	6	7
Sindicância	3	1
Sugestão	3	0
Total (iniciados)	321	269
Desarquivados	9	57
Vindos (anos anteriores - andamento)	42	87
Total (vindos e iniciados)	481	522

JULGAMENTO	2015	2016
Decisões Homologatórias	218	82
Decisões	27	91
Despachos	40	43
Total de julgamentos	285	216

Expedientes

EXPEDIENTES 2015					
RECEBIDOS	OFÍCIO	OFÍCIO-CIRCULAR	MEMORANDO	OUTROS	TOTAL
Documentos Internos (SCDPA)	945	9	273	1345	2572
Documentos Externos (protocolo)	1220	11	2	1111	2344
Documentos Externos (e-mail)		1914	1914		
Total de Documentos Recebidos	1965	20	275	4370	6830
Expedidos (E-mail)		283	283		

EXPEDIENTES 2015					
RECEBIDOS	OFÍCIO	OFÍCIO-CIRCULAR	MEMORANDO	OUTROS	TOTAL
Expedidos	1615	120	242	4609	6586
Total de Documentos Expedidos	1615	120	242	4892	6869
DESPACHOS EM GERAL					218

EXPEDIENTES 2016						
RECEBIDOS	OFÍCIO	OFÍCIO CIRCULAR	MEMORANDO	MEMORANDO CIRCULAR	OUTROS	TOTAL
Documentos Inter-nos (SCDPA)	2481	138	324	103	1729	4775
Documentos Exter-nos (protocolo)	1334	2	0	0	630	1966
Documentos Exter-nos (e-mail)					7511	7511
Total de Documen-tos Recebidos	4437	140	324	103	5313	10317
Expedidos	1551	125	161	61	2249	4147
Expedidos (E-mail)					7511	7511
Total de Documen-tos Expedidos	1551	125	161	61	9760	11658
DESPACHOS EM GERAL						698

EXPEDIENTES DIVERSOS 2015/2016	
EXPEDIENTES	TOTAL
Minutas de Portarias apresentadas à Presidência (curso extrajudicial)	228
Informações em procedimentos advindos do Conselho Nacional de Justiça	122
Informações em Mandado de Segurança	25
Certidões	196
Relatório Mensal de Veículos	13

EXPEDIENTES DIVERSOS 2015/2016	
EXPEDIENTES	TOTAL
Atas	26
Consulta/Atendimento via telefone	22202
Fale Conosco	9
Requerimento	1
TOTAL	22822

GERÊNCIA DE SISTEMAS EXTERNOS

A Corregedoria-Geral de Justiça desempenhou no período 2015/2016 diversas atividades visando atender e gerenciar os trabalhos afetos aos diversos sistemas pertinentes ao Poder Judiciário. Foram realizadas orientações, cadastramentos, exclusões, remanejamentos, auditorias de utilização dos sistemas, comunicações de inadimplência às Varas e Magistrados, treinamento e Gerenciamento permanente das informações lançadas no Sistema CNJ Cooperativo e outros sistemas administrados pela CGJ/MS.

Atendimentos efetuados:

- Documentos Recebidos e atendidos - Sistema SCDPA: 2.477
- Documentos Criados no Sistema SCDPA: 1.416
- Documentos arquivados - SCDPA: 2.432
- E-mails recebidos e atendidos: 9.236
- E-mails enviados: 5.941
- Atendimento via telefone: 8.782
- Ofícios encaminhados à Superintendência de Gestão da Informação-SGI: 38
- Ofícios encaminhados à Polícia Civil (SIGO): 58
- Ofícios encaminhados à Corregedoria Nacional de Justiça: 43
- Processos encaminhados para perícia cível: 25 (em carga)
- Processos devolvidos: 103 (perícia cível)
- Emissão de antecedentes: 101
- Relatórios encaminhados para o Departamento Correicional: 30

Sistemas Gerenciados pela Comissão (Cadastro/suporte técnico/orientação):

Sistemas CNJ:

- Cadastro de Adolescentes em Conflito com a Lei
- Cadastro de Crianças Acolhidas
- Cadastro de Adoção
- Cadastro de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa
- Cadastro de Vistoria nos Estabelecimentos Penais
- Sistema Nacional de Controle de Interceptações
- Sistema Nacional de Bens Apreendidos
- Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade
- Audiências Concentradas
- Banco Nacional de Mandado de Prisão
- Sistema de Audiência de Custódia
- Sistema Nacional de Vídeo Conferência
- Bacenjud
- Renajud
- Infojud
- Infoseg
- Malote Digital

Outros Sistemas (Cadastro/Suporte técnico/Orientações):

- Prec-web
- AJG
- SGI/Detran
- Sinic
- Sigo

Relatórios Administrados pela Comissão:

- Relatório de Prisões;
- Relatório de Internação Provisória por período superior a 45 dias;
- Relatório de Penas Pecuniárias (provimento 86);
- Relatório Pai Presente;
- Relatório de Processos Arquivados fora do SAJ;
- Relatório de Certidão de Dívida Ativa.

CORREIÇÃO

A Corregedoria-Geral de Justiça, sob a coordenação do Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Julizar Barbosa Trindade, auxiliado pelo Juiz Auxiliar da CGJ, Dr. Juliano Rodrigues Valentim, realizou correição ordinária em todas as unidades judiciais e extrajudiciais, deslocando-se pessoalmente às comarcas respectivas, e reuniu-se com os juízes.

CORREIÇÃO EXTRAJUDICIAL E APOIO ÀS UNIDADES EXTRAJUDICIAIS

No Estado de Mato Grosso do Sul existem 177 (cento e setenta e sete) serviços notariais e/ou registrais em funcionamento, localizadas em 54 (cinquenta e quatro) Comarcas. Outrossim, encontram-se recolhidas nas sedes das Comarcas 6 (seis) serventias, quais sejam: Ipezal (Comarca de Angélica), Camisão e Taunay (Comarca de Aquidauana), Albuquerque (Comarca de Corumbá), Areado (Comarca de São Gabriel do Oeste) e São João do Aporé (Comarca de Paranaíba).

No decorrer do biênio 2015/2016 foram correcionadas todas as serventias do Estado.

Transmissão de acervo e inspeção realizadas:

Nº	SERVENTIA	COMARCA	LOCALIDADE
01	Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais	Caarapó	Juti
02	3º Serviço Notarial e Tabelionato de Protesto de Títulos	Corumbá	Sede
03	Serviço Notarial e Tabelionato de Protesto de Títulos	Nova Andradina	Sede

Ainda, o quadro abaixo representa outras atividades praticadas na esfera extrajudicial durante o biênio 2015/2016.

DISCRIMINAÇÃO	QUANTITATIVO
MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS	119
MANIFESTAÇÕES	4
MINUTAS DE PROJETOS DE LEI	2
AVISOS NO SIG-EX	1.567
Total	1.692

A arrecadação dos emolumentos do FUNJECC, durante o biênio 2015/2016, foi a seguinte:

	TOTAL ACUMULADO DE FEVEREIRO/2015 A SETEMBRO/2016
Lei 1071/90	R\$ 20.774.089,25
Lei 3003/05	R\$ 41.990.862,01
TOTAL	R\$ 62.764.951,26

No mesmo período, o total da receita obtida com a venda de selos de autenticidade, deduzido o pagamento dos ressarcimentos dos atos gratuitos e casamentos comunitários, corresponde à arrecadação líquida do FUNJECC, a seguir demonstrado:

Receita obtida com a venda dos selos	R\$ 12.096.090,87
(-) Ressarcimentos de Nascimentos e Óbitos	R\$ 5.669.100,00
(-) Ressarcimentos de Demais Atos (casamento, conversão, separação judicial e divórcio)	R\$ 4.024.062,04
(-) Ressarcimentos de Casamentos Comunitários	R\$ 34.916,00
(=) Receita líquida	R\$ 2.368.012,83

Relatório de Atividades - **Biênio 2015/2016**

Os atos ressarcidos às serventias tiveram a seguinte disposição:

ATOS GRATUITOS	QUANTIDADE
NASCIMENTOS	85.870
ÓBITOS	27.528
HABILITAÇÃO DE CASAMENTO	7.055
CONV.UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTOS	13.805
AVERBAÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL	97
AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO	10.178
CASAMENTOS COMUNITÁRIOS	172
TOTAL	144.705

Em relação aos selos inutilizados nos meses de fevereiro/2015 a setembro/2016, foram cancelados 22.681 (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e um) selos, sendo que 22.678 (vinte e dois mil, seiscentos e setenta e oito) digitais, 2 (dois) selos físicos da cor amarelo (isento) e 1 (um) selo físico da cor vermelho (atos notariais).

O selo digital de fiscalização foi instituído por meio do Provimento/CGJ nº 49, de 24/11/2010, que passou a vigorar a partir de 26/11/2010. Foram vendidos 9.524.481 (nove milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e oitenta e um) selos digitais de fevereiro/2015 a setembro/2016.

Em 2010 foi implantado o SIG-EX-desktop, um sistema que visa à informatização dos dados cadastrais e funcionais dos serventuários e dos substitutos das serventias, gerando um banco de dados mais preciso e seguro, agilizando os atendimentos das necessidades desta Corregedoria e dos interessados.

Atualmente, existem 177 (cento e setenta e sete) serventias extrajudiciais, com 425 (quatrocentos e vinte e cinco) titulares e substitutos, todos cadastrados nesse sistema.

No decorrer do biênio, foram expedidas 27 (vinte e sete) certidões requeridas pelas empresas, mencionando os Cartórios de Distribuidor e de Protestos e 66 (sessenta e seis) certidões funcionais aos delegatários e substitutos.

As serventias de registros de imóveis informaram a esta Corregedoria 9 (nove) registros de escrituras de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, tais informações são fornecidas de forma trimestral.

CORREIÇÃO JUDICIAL E APOIO ÀS UNIDADES JUDICIAIS

No decorrer do biênio 2015/2016, todas as Comarcas do Estado foram objeto de correição, cuja relação segue abaixo especificada no quadro demonstrativo:

CATEGORIA	COMARCAS
Entrância Especial	Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas.
Segunda Entrância	Amambai, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Bataguassu, Bela Vista, Bonito, Caarapó, Camapuã, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Coxim, Fátima do Sul, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo, Rio Brillhante, São Gabriel do Oeste e Sidrolândia
Primeira Entrância	Água Clara, Anastácio, Anaurilândia, Bandeirantes, Batayporã, Brasilândia, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Eldorado, Glória de Dourados, Inocência, Itaquiraí, Nioaque, Pedro Gomes, Porto Murtinho, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Sete Quedas, Sonora e Terenos.

No total dos trabalhos desempenhados, a Corregedoria-Geral de Justiça efetuou correição em 122 unidades judiciais, atingindo a 100% (cem por cento) das comarcas instaladas.

Participação do Encontro Anual dos Psicólogos e Assistentes Sociais

A Corregedoria-Geral de Justiça, em parceria com a Ejud, participou do X Encontro Anual dos Psicólogos e Assistentes Sociais do PJ/MS, no ano de 2015. A Coordenadoria de Serviço Psicossocial participou da realização de tarefas administrativas e logísticas, como desenvolvimento de ações na gestão de pessoal da referida área.

Outras atividades

Na esfera da matéria afeta à Correição Judicial, cumpre destacar outras atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral de Justiça no biênio 2015/2016 seguem sintetizadas abaixo:

ATENDIMENTO	
Atendimentos por pidgin	2.217
Atendimento pessoal	503
Atendimento por SCDPA	717

Total	3.437
ATIVIDADES DIVERSAS	
Manifestações	61
Manifestação em restituição de custas	311
Informações	162
Participação em elaboração de orientações	25
Desenvolvimento de projeto para integração do módulo Custas/SG e SAJ/Segundo Grau	1
Participação do projeto de alteração de tipo de boleto bancário para arrecadação de custas	1
Apresentação de projetos (arrecadação de custas nos juizados e expedição de certidão estadual)	2
Total	563

PADRONIZAÇÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

No decorrer do biênio 2015/2016, foram realizadas atividades inerentes às suas atribuições, tais como elaboração de conteúdos para padronização da rotina cartorária e orientações voltadas a processos eletrônicos.

Atendimentos às comarcas

Por solicitação dos Juízos ou atendimento aos Termos de Correição, a Corregedoria prestou orientação in loco sobre os procedimentos voltados à tramitação dos processos eletrônicos e práticas cartorárias aos servidores da 7ª Vara Cível da comarca de Campo Grande e, sobre digitalização de processos físicos, à serventia da Vara Única da comarca de Terenos.

Executou Plano de Capacitação destinado a auxiliar a Secretaria Judiciária de Primeiro Grau no que tange ao treinamento dos servidores lotados na Coordenadoria dos Processos Judiciais das Varas de Execução Penal, da Central de Processamento Eletrônico – CPE e acompanhou os trabalhos por ela desenvolvidos.

Além de orientar, prestou auxílio remoto aos servidores da Vara Única da comarca de Porto Murtinho na execução dos processos e na finalização de feitos criminais físicos com sentença proferida nos autos.

Atuou na comarca de Ponta Porã na redistribuição dos processos remanescentes na Vara Criminal, em decorrência da instalação da 2ª Vara Criminal.

Ainda, diariamente foram prestadas orientações às comarcas de todo o Estado para esclarecimentos de dúvidas dos servidores por meio de e-mails, telefonemas e pidgin, bem como atendimento às partes e advogados acerca dos questionamentos voltados à tramitação do processo eletrônico e à utilização das Tabelas Processuais Unificadas, do Conselho Nacional de Justiça.

Manifestações e propostas

Da mesma forma, elaborou-se pareceres técnicos em consultas e procedimentos administrativos encaminhados à CGJ, bem como apresentou propostas visando a melhoria e padronização dos procedimentos cartorários, conforme relação a seguir:

MANIFESTAÇÕES E PROPOSTAS	
Manifestações	125
Consultas e propostas de alterações normativas e procedimentais	15

Ajustes e Implementações no Sistema de Automação da Justiça – SAJ

A CGJ apresentou sugestões de implementações no Sistema, no sentido de regularizar e adequar as configurações do SAJ às normas legais e procedimentais, aos pedidos de criação, inclusão e exclusão de filas, movimentações, assuntos, peças e à padronização de modelos e acompanhou o desenvolvimento e expansão da Central de Processamento Eletrônico – CPE nas comarcas.

IMPLEMENTAÇÕES E AJUSTES NO SAJ – PRIMEIRO GRAU	
Sugestões de ajustes ou implementações no SAJ	95
Solicitações de alteração e criação de Modelos da Instituição no SAJ – Primeiro Grau	61

Dentre outras atividades, foram realizados estudos visando o aperfeiçoamento do SAJ para fins estatísticos, conforme solicitações da Assessoria de Planejamento. Prestou auxílio técnico em projetos de iniciativa da Presidência, tais como: na implantação da Audiência de Custódia, da Videoconferência para a oitiva de réus presos no Estado, e da Gestão de Penas para controle e fiscalização da apresentação biométrica dos réus e sentenciados. Acompanhou a integração do SAJ – Primeiro Grau com o SAJ-MP, do Ministério Público, e com o PGE.Net, da Procuradoria-Geral do Estado.

Por fim, a CGJ participou do desenvolvimento do plantão eletrônico no âmbito do Primeiro Grau, da estruturação das audiências de conciliação e mediação para atender o Código

de Processo Civil de 2015, das configurações para atender a nova sistemática de envio de processos ao Núcleo de Apoio Técnico – NAT e da implantação da Gerência de Cobrança de Custas Finais – GECOF.

GPS Eletrônico

Há de se ressaltar que a Corregedoria-Geral de Justiça, mediante gerenciamento do DEPEPI – Departamento de Padronização de Primeira Instância - mantém no site do TJMS, no link da Corregedoria-Geral de Justiça, o Guia Procedimental do Servidor – GPS Eletrônico, o qual se trata de um apanhado de orientações práticas para auxiliar os servidores na execução das atividades cartorárias, bem como serve de mecanismo de padronização de procedimentos relacionados ao trâmite dos processos eletrônicos.

Na medida em que surgem atualizações normativas, novas implementações realizadas no SAJ ou são estabelecidos novos procedimentos adotados para a melhoria do trâmite processual, são acrescentadas ou complementadas as orientações.

A atual versão do GPS Eletrônico apresenta 21 abas com 145 orientações atualizadas e distribuídas de acordo com o assunto tratado, propiciando agilidade e presteza no atendimento das dúvidas dos servidores.

DESCRIÇÃO	ASSUNTO
1. Avisos	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do GPS Eletrônico; • AVISO - Módulo de Pagamento de ROPV (Requisições das Obrigações de Pequeno Valor); • AVISO - Ordem Cronológica de Cumprimento dos Atos CPC/2015; • AVISO - Intimação da Sociedade de Advogados CPC/2015; • AVISO - Remessa de Mandado de Prisão Prov. 138/2016; • AVISO - Afixação de Editais CPC/2015; • AVISO aos cartórios criminais e servidores plantonistas - Expedição de MANDADO DE PRISÃO; • AVISO - Pagamento de taxa para inscrição do devedor no SCPC – CPC/2015; • AVISO - Modelos de Certidão para Inscrição em Dívida Ativa relativos às Custas; • AVISO - Controle da Produtividade do Conciliador/Mediador do Juízo; • AVISO - Sistema de Controle da Produtividade do Conciliador/Mediador do Juízo; • AVISO - Dispensa da emissão do TERMO DE JUNTADA em PROCESSOS ELETRÔNICOS;
2. Acesso e Distribuição	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso ao Sistema e-SAJ; • Distribuição do processo eletrônico; • Petição inicial física; • Consulta e impressão de processo eletrônico; • Envio de Senha do Processo – Citação da parte (Provimento nº 134/2016);

DESCRIÇÃO	ASSUNTO
3. Conclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão – Remessa e Retorno; • Registro Eletrônico da Sentença; • Processos conclusos – Transferência de carga; • Retorno da conclusão – Cumprimento de decisão ou despacho inicial (cópia entre filas, citação); • Fila “Juntada realizada em processos conclusos”; • Suspeição e Impedimento de Magistrados – Ferramenta “Transferência de Processos entre Vagas”;
4. Digitalização	<ul style="list-style-type: none"> • Digitalização do Acervo Físico; • Inviabilidade Técnica de Digitalização; • Digitalização de Petição ou Documento Físico Protocolado – Ajuste de Pendências; • Digitalização de Processos com Sequenciais;
5. Audiência	<ul style="list-style-type: none"> • Audiência – Paula e Cumprimento de Atos Necessários para a Realização; • Audiência com Sentença ou Decisão Proferida – Lançamento de Movimentação; • Emissão de Mandado de Intimação de Audiência; • Audiência realizada por Mediador/Conciliador DO JUÍZO - PROVIDÊNCIAS DO CARTÓRIO; • Audiência de Mediação/Conciliação realizada pelo CEJUSC - PROVIDÊNCIAS DO CARTÓRIO; • Quadro Comparativo - Audiência realizada por Mediador/Conciliador do Juízo e pelo CEJUSC; • Roteiro para CHEFE DE CARTÓRIO: Controle da Produtividade do Conciliador/Mediador do Juízo; • Roteiro para CONCILIADORES/MEDIADORES: Realização de Audiência e Produtividade; • Quadro Explicativo das Movimentações - Produtividade dos Conciliadores/Mediadores do Juízo;
6. Intimação pessoal e Vista	<ul style="list-style-type: none"> • Intimação Pessoal e Vista à Defensoria Pública no Processo Eletrônico; • Vista ao Núcleo Psicossocial; • Fila “Vista à Defensoria - Outra Parte”; • Envio de Citação/Intimação do Estado à PGE - Integração do SAJ com PGE. Net; • Intimação Pessoal e Vista ao MINISTÉRIO PÚBLICO no Processo Eletrônico;
7. Filas de Trabalho e Fluxo de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Configuração das Filas de Trabalho – Colunas, Filtros e Observação da fila; • Movimentação de Processos entre Filas; • Filas de trabalho; • Processos Digitais fora do Fluxo de Trabalho;

DESCRIÇÃO	ASSUNTO
8. Juntada	<ul style="list-style-type: none"> • Juntada de Petições e Documentos; • Juntada de Aviso de Recebimento – AR; • Juntada de Mandado; • Juntada Automática de Petição Intermediária;
9. Evolução e Correção de Classe	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução e Correção de Classe; • Correção de Classe de Processos com Classes Antigas do SAJ;
10. Procedimentos para Varas Criminais	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução de Classe em Processos Criminais; • Redistribuição de Processos de Execução Criminal; • Comparecimento do Réu – Filas de Controle, Certidão de Comparecimento e Atualização do HP; • Penas pecuniárias – Provimento n. 86/2013; • Recurso - Agravo em Execução; • Recurso em Sentido Estrito – RESE; • Multa aplicada à(ao) testemunha/jurado/advogado; • Anexo - Modelos de Alvará de Soltura - Central e Oficial de Justiça; • MULTA PENAL - Cobrança, emissão da Guia DAEMS e Inscrição em Dívida Ativa; • Histórico de Partes - Princípio da Bagatela Imprópria; • Histórico de Partes - Rejeição da Denúncia; • Suspensão Condicional do Processo (art. 89 da Lei nº 9.099/1995) – 04.08.16; • Reabilitação Criminal – 05.10.16;
11. Redistribuição, Remessa, Declínio de Competência e Conflito de Competência	<ul style="list-style-type: none"> • Redistribuição de Processos Eletrônicos dentro do Estado de MS; • Remessa de processos ao TRF 3ª Região e a outras Justiças; • Ferramenta Declínio de Competência; • Remessa de autos à Corregedoria-Geral de Justiça; • Conflito de Competência e Conflito de Jurisdição; • Dicas para Auxiliar na Redistribuição de Processos - regularização pendências; • Fila do Distribuidor - Processo a ser recebido de outro Foro; • Remessa de Processos ao NAT - Núcleo de Apoio Técnico;
12. Alterações na Estrutura ou no Cadastro de Processos Eletrônicos	<ul style="list-style-type: none"> • Apensamento e Desapensamento de Processos; • Desentranhamento Eletrônico; • Desmembramento de Processos; • Retificação de Processo; • Exclusão e baixa da parte; • Reconvenção – CPC/2015;

DESCRIÇÃO	ASSUNTO
13. Fase de Execução	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento de sentença – Evolução de Classe (Prov. n. 89/2013, da CGJ); • Cumprimento de Sentença - Dois ou mais pedidos apresentados no mesmo processo; • Cumprimento de Sentença - Evolução em Processos Físicos; • Cumprimento de Sentença - Exceções à regra (distribuição do pedido); • Execução contra a Fazenda Pública CPC/2015; • Cumprimento de Sentença - Pedido apresentado em Incidente Processual; • Cumprimento de Sentença - Pedido apresentado em processo “Em grau de Recurso”; • Execução de Alimentos CPC/2015; • Liquidação de sentença CPC/2015;
14. Arquivamento, Grau de Recurso e Sobrestamento	<ul style="list-style-type: none"> • Processo em Grau de Recurso Devolvido para Cumprimento de Diligências em 1º Grau; • Arquivamento de processos findos com saldo pendente na subconta judicial; • Processo físico em grau de recurso devolvido para aguardar julgamento de recurso eletrônico no STJ/STF; • Remessa de processo eletrônico ao Tribunal de Justiça - Grau de recurso; • Processos Sobrestados - Recurso Repetitivo ou Repercussão Geral;
15. Ferramentas do SAJ e Outros	<ul style="list-style-type: none"> • Cópia de Peças entre Processos da mesma Vara; • Penhora no Rosto dos Autos; • Restauração de Autos; • Lista de Provimentos, Portarias, Resoluções e Legislações Importantes; • Segredo de Justiça e Sigilo de Processos e de Documentos; • Processamento do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica CPC/2015; • Expedição de Carta Rogatória;
16. Orientações do Departamento de Correição Judicial	<ul style="list-style-type: none"> • Orientações Correicional – Gerais; • Orientações Correicional - Processos Eletrônicos; • Orientações Correicional - Processos Físicos; • Orientações Correicional - Armas e Objetos; • Orientações Correicional - Metas Prioritárias e Recomendações do CNJ; • Direção do Foro - Remessa de autos à Corregedoria - Grau de Recurso; • Orientações Correicional – Direção;

DESCRIÇÃO	ASSUNTO
17. Infância e Juventude – Área Infracional	<ul style="list-style-type: none"> • Infância e Juventude, Área Infracional - INFORMAÇÕES GERAIS (Provimento nº 90/2013); • Infância e Juventude, Área Infracional - CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO (Provimento nº 90/2013); • Infância e Juventude, Área Infracional - INTERNAÇÃO CAUTELAR (Provimento nº 90/2013); • Infância e Juventude, Área Infracional - INTERNAÇÃO-SANÇÃO (Provimento nº 90/2013); • Infância e Juventude, Área Infracional - UNIFICAÇÃO DE MEDIDAS (Provimento nº 90/2013); I • nfância e Juventude, Área Infracional - INCIDENTE DE SANIDADE MENTAL;
18. Malote Digital	<ul style="list-style-type: none"> • Convênio AGEPEN - Envio de Alvará de Soltura e Benefícios pelo Malote Digital; • Relação das Unidades Penais administradas pela AGEPEN; • Convênio AGEPEN - Envio de Correspondências Oficiais pelo Malote Digital; • Convênio AGEPEN - Envio de Mandado de Prisão pelo Malote Digital; • Citações e Intimações da Fazenda Pública - Malote Digital; • Relação de Autarquias e Fundações Públicas Federais Representadas pela PGF - Malote Digital ; • Organograma do Estado de MS - Secretarias representadas pela PGE;
19. Plantão Eletrônico	<ul style="list-style-type: none"> • Plantão Eletrônico - Orientações Gerais; • Plantão Eletrônico - Cadastro e distribuição de documentos encaminhados fisicamente; • Plantão Eletrônico - Cadastro de petições iniciais encaminhadas pelo e-SAJ; • Plantão Eletrônico - Expedição de Mandado de Prisão Criminal pelo plantonista;

DESCRIÇÃO	ASSUNTO
20. Precatório/ROPV – SAPRE	<ul style="list-style-type: none"> • Precatário/ROPV - LEGISLAÇÃO E INFORMAÇÕES IMPORTANTES; • Precatário/ROPV - CADASTRO NO SAPRE; • Precatário/ROPV Cadastrado no SAPRE - GERENCIAMENTO PELO CARTÓRIO; • ROPV - PAGAMENTO E RETENÇÕES OBRIGATÓRIAS; • ROPV - Quadro Resumido RETENÇÕES OBRIGATÓRIAS; • ROPV - AJUSTE DAS RETENÇÕES REPASSADAS INDEVIDAMENTE;
21. Mandado de Prisão	<ul style="list-style-type: none"> • Mandado de Prisão - Regras da Resolução nº 137 do CNJ; • Mandado de Prisão – Expedição; • Mandado de Prisão - Remoção de sigilo; • Mandado de Prisão - Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva; • Mandado de Prisão - Mandados antigos (antes da Resolução 137 do CNJ); • Mandado de Prisão - Alteração da situação do mandado; • Mandado de Prisão - Mandados rejeitados pelo CNJ; • Mandado de Prisão - Consulta de mandados emitidos no SAJ; • Mandado de Prisão - Cancelamento e revogação do mandado; • Mandado de Prisão - Alteração do nome réu/sentenciado após a expedição do mandado; • Mandado de Prisão - Ação Penal com mais de um réu; • Mandado de Prisão - Redistribuição de processo para outro Estado ou Justiça; • Mandado de Prisão - Verificação antes do arquivamento de processo; • Mandado de Prisão - Mandado com prazo expirado no BNMP; • Mandado de prisão - Consulta e ajuste de mandados de prisão na situação “Ag. Distribuição”; • Mandado de prisão - Consulta e ajuste de mandados de prisão na situação “Cumprido - Ato Negativo”;

PARTICIPAÇÃO DO CORREGEDOR EM ENCONTROS E EVENTOS

Março/2015

Instalação da 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital



Participação do Corregedor-Geral de Justiça na instalação da 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, realizada em 09/03/2015, na capital. A instalação da vara visava implementar ainda mais o atendimento especializado (medidas protetivas de urgência) à mulher vítima de violência na Casa da Mulher Brasileira, complexo que foi o primeiro no Brasil a reunir todos os serviços dessa natureza em um único espaço.

Corregedor-Geral de Justiça participa do 68º ENCOGE



O Corregedor-Geral de Justiça participou do 68º Encontro Nacional de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – Encoge, realizado na cidade de Teresina/PI, entre os dias 25 a 27 de março de 2015 e teve como tema “Gestão da Informação: garantia de celeridade e efetividade”.

O evento teve como foco a celeridade na prestação jurisdicional, o Novo Código de Processo Civil sob a ótica da efetividade, o sistema integrado de correição, gestão de serventias extrajudiciais, a adoção internacional, os projetos sociais no âmbito do Judiciário e o sistema carcerário.

Abril/2015

Participações do Corregedor em eventos do CMO

O Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, compareceu à solenidade das comemorações do Dia do Exército, realizada no dia 17/04/2015 no Quartel do CMO em Campo Grande, com a presença do alto oficialato do Exército na região e de outras autoridades.

Participação da Passagem de Comando Militar do Oeste do general Paulo Humberto César de Oliveira, que tomou posse na manhã do dia 30/04/2015. O general assumiu o cargo no lugar do general Juarez Aparecido de Paula Cunha, que deixou o comando depois de um ano à frente da tropa, para assumir a chefia do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.

Junho/2015

Inauguração do Fórum da Comarca de Coxim



O Corregedor-Geral de Justiça participou da inauguração do Fórum da Comarca de Coxim-MS, realizada no dia 26/06/2015. O referido ato fez parte das diversas ações nas quais esse biênio da Administração desenvolveu, com o escopo de garantir que o Judiciário chegue aos municípios mais longínquos.

Entrega da Calçada Social



Na data de 30/06/2015, o Corregedor-Geral de Justiça, juntamente com demais autoridades, esteve em Aquidauana-MS para prestigiar a entrega da Calçada Social, no presídio semiaberto. Destaca-se a iniciativa da administração do TJMS por apoiar e atender aos anseios dos jurisdicionados.

Julho/2015

Reunião para implantação da Audiência de Custódia



Participação em reunião com demais autoridades do TJMS, Ministério Público, Defensoria, Presidente da Amamsul, Agepen e das demais polícias civil e militar, realizada no dia 16/07/2015, com a discussão sobre implantação da audiência de custódia nas 52 comarcas do Estado.

Agosto/2015

Implantação da 8ª Vara Cível da Comarca de Dourados



O Corregedor-Geral de Justiça esteve presente na solenidade em que foi implantada oficialmente a 8ª Vara Cível Residual da Comarca de Dourados, ocorrida em 7/8/2015. Além do Corregedor, estiveram presentes o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, desembargador João Maria Lós, o diretor do foro em Dourados, juiz Waldir Marques, do deputado estadual e advogado José Carlos Barbosa, representando a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul,

o vice-presidente da OAB/MS, Mansour Elias Karmouche, o presidente da 4ª Subseção da OAB em Dourados, Felipe Cazuo Azuma, o desembargador Eduardo Machado Rocha, o juiz Luiz Felipe Medeiros, presidente da Associação de Magistrados de Mato Grosso do Sul, do reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Fábio Edir, do chefe da Defensoria Pública local, Samuel Sebastião Magalhães, demais juízes e desembargadores, representantes da Câmara de Vereadores e diversas entidades.

A implantação da nova Vara foi aprovada no dia 22 de julho de 2015 perante o Órgão Especial, da proposta de Resolução que alterou dispositivos da Resolução nº 221/1994 para instalar a 8ª Vara Cível de Dourados.

69º ENCOGE: Atuação Integrada do Sistema de Justiça - Projetos e Parcerias



O Des. Julizar Barbosa Trindade esteve reunido na cidade do Rio de Janeiro, de 26 a 28/8/2015, com os Corregedores dos Tribunais de Justiça de todo o país, durante o 69º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça – Encoge, realizado no Rio de Janeiro/RJ, ocasião em que debateram e propuseram medidas de aperfeiçoamento do Judiciário brasileiro.

Como resultado, foi elaborada a Carta do Rio de Janeiro, da qual o Corregedor-Geral de Justiça do DF, desembargador Romeu Gonzaga Neiva, foi signatário.

Setembro/2015

10º Encontro de Psicólogos do Poder Judiciário de MS



O Corregedor-Geral de Justiça participou do 10º Encontro de Psicólogos do Poder Judiciário do MS, realizado entre os dias 2 e 4 de setembro de 2015, no Novotel, pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio de sua Escola Judicial (EJUD-MS). A abertura oficial teve a participação do Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques, representando o presidente do TJ, Des. João Maria Lós, e o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, do Vice-Diretor da Ejud-MS, Des. Odemilson Roberto Castro Fassa, além do Des. Eduardo Machado Rocha, Coordenador Estadual da Infância e Juventude.

Elevação da Comarca de Corumbá à categoria de Entrância Especial



O Corregedor-Geral de Justiça participou da cerimônia de elevação da Comarca de Corumbá à categoria de Entrância Especial, ocorrida no dia 18/09/2015, no Centro de Convenções, na unidade do SESC. A solenidade reuniu 19 Desembargadores, além de autoridades civis, militares e religiosas, bem como representantes das diversas esferas jurídicas de Corumbá e Ladário.



Criação do 2º Serviço de Registro de Imóveis na Comarca de Dourados

O Corregedor-Geral de Justiça decidiu pela necessidade da instalação de um segundo Cartório de Registro de Imóveis na Comarca de Dourados nos Autos do Pedido de Providências nº 126.152.0156/2015 e encaminhou minuta do Projeto de Lei à Presidência do TJMS para regular o processamento. O Desembargador Julizar Barbosa Trindade ressaltou ser imperiosa a criação de mais um cartório, tendo em vista que o atual foi criado em 20 de setembro de 1946 para atender os distritos de Itahum, Panambi, São Pedro, Indápolis e Vila Vargas, bem como o município de Laguna Carapã.

“Desde a instalação da serventia, restou evidente o desenvolvimento socioeconômico, que proporcionou maior demanda nas negociações imobiliárias e atos relativos à atividade agrícola, havendo um aumento considerável nos serviços prestados pelo 1º Serviço Notarial e Registral da Comarca da Dourados”, asseverou o Corregedor.

O desembargador pontuou também que a população de Dourados passou de 164.949 habitantes no ano 2000 para 212.870 em 2015. “Não remanescem dúvidas que Dourados é o mais importante município do interior, com considerável grau de representatividade na economia do Estado e evidente crescimento populacional nos últimos anos, o que aumenta a demanda de serviços, com destaque para aqueles desempenhados pelo registro imobiliário”, completou o desembargador.

Outubro/2015

Implantação da Audiência de Custódia e entrega do Colar de Mérito ao Ministro Lewandowski



O Desembargador Julizar Barbosa Trindade participou da solenidade de implantação da audiência de custódia e entrega do Colar de Mérito Judiciário ao Ministro Ricardo Lewandowski, realizada no dia 05/10/2015, com a presença do governador Reinaldo Azambuja, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJMS), desembargador João Maria Lós.

Novembro/2015

Instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Comarca de Três Lagoas-MS



No dia 6 de novembro de 2015, o Corregedor-Geral de Justiça participou do evento de instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania na Comarca de Três Lagoas-MS. Na mesma oportunidade, foi realizada a sessão solene em que a Comarca de Três Lagoas foi elevada para Entrância Especial. Assim, o Estado de Mato Grosso do Sul passou a ter quatro comarcas de Entrância Especial, no total, incluindo Campo Grande, Dourados e Corumbá-MS.

TJMS participa do 9º Encontro Nacional do Judiciário



O Presidente do Tribunal de Justiça de MS, Des. João Maria Lós, o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, o juiz auxiliar da Presidência, Luiz Antonio Cavassa de Almeida, e o diretor de Planejamento do TJMS, Newton Cesco Jr, participaram do 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, que foi realizado nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília/DF.

O evento tratou das Metas Nacionais do Judiciário para 2016, ocasião em que foi divulgado o desempenho dos tribunais no cumprimento das metas de 2015. Participaram do encontro presidentes e corregedores de todos os tribunais do país e dos Conselhos de Justiça.

Selo Justiça em Números Ouro



No dia 24/11/2015, o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, acompanhou o presidente do TJMS no recebimento do Selo Justiça em Números Ouro, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em reconhecimento aos tribunais que investem na excelência da gestão da informação. O TJMS recebeu a premiação na categoria Ouro em solenidade realizada durante o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília (DF).

O Selo Justiça em Números foi criado em outubro de 2013 (Portaria 186/2013, atualizada pela Portaria 125/2015) para fomentar a qualidade dos dados estatísticos do Judiciário, sobretudo referentes ao Relatório Justiça em Números, com o fim precípuo de aprimorar a coleta e sistematização dos dados para garantir informações e indicadores confiáveis para a tomada de decisões no processo de planejamento e gestão estratégicos, além de aumentar o acesso público a esses dados.

Dezembro/2015

Instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Dourados e Ponta Porã

O Des. Julizar Barbosa Trindade participou do evento de instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania das Comarcas de Dourados e Ponta Porã, realizado no dia 11/12/2015. Contando com espaço próprio e adequado, a instalação do Cejusc de Dourados e Ponta Porã-MS visa incentivar a utilização dos métodos de resoluções de conflitos, como forma célere e eficiente para pacificação social.



Fevereiro/2016

Novo CPC: Corregedor participa da primeira atividade para magistrados em 2016

No dia 19 de fevereiro de 2016 foi encerrado o oitavo curso promovido pela Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS) para magistrados estaduais referente ao novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), com o tema “Recursos no Novo Código de Processo Civil”, que teve como finalidade atender ao programa de formação continuada, para fins de aperfeiçoamento, vitaliciamento e/ou promoção na carreira da magistratura.

Na abertura do evento, participaram o vice-diretor da Escola Judicial de MS, Des. Odemilson Roberto Castro Fassa, o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, o juiz auxiliar da Vice-Presidência e coordenador do curso, Ricardo Galbiati, os advogados e juristas Leonardo Avelino Duarte e Luiz Henrique Volpe Camargo, e o professor e jurista Daniel Willian Granado.

Reforma do Fórum de Glória de Dourados é inaugurada



No dia 19 de fevereiro de 2016, o Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Julizar Barbosa Trindade participou da cerimônia de inauguração da reforma das instalações do prédio do fórum da Comarca de Glória de Dourados, que recebeu melhoria e beneficiará magistrados e servidores, além dos demais operadores do Direto, principalmente os jurisdicionados. Além do Corregedor, a solenidade contou com a participação do presidente do Tribunal de Justiça, Des. João Maria Lós, do Des. Marcelo Câmara Rasslan e de demais autoridades jurídicas, legislativas e do executivo local.

Corregedor-Geral visita a Comarca de Sidrolândia e participa de reunião com vereadores e autoridades



O Desembargador, Julizar Barbosa Trindade visitou o município de Sidrolândia no dia 23 de fevereiro de 2016 para participar de reunião na Câmara Municipal com autoridades Executivo, Legislativo, Poder Judiciário e OAB, visando avaliar a criação da 3ª Vara da Comarca de Sidrolândia.

Março/2016

Corregedor-Geral de Justiça participa Do 71º ENCOGE e coordena o painel que teve como tema a “APAC – Redenção Da Execução Penal”

No 71º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil (ENCOGE), realizado na cidade de Cuiabá/MT, no período de 30 de março a 1º de abril de 2016, que tratou sobre a “Gestão da Jurisdição”, o Desembargador Julizar Barbosa Trindade participou como coordenador da Oficina de trabalho e debates referentes ao Papel do Conselho da Comunidade na inclusão social do condenado, no 4º Painel, que teve como tema ‘APAC: Redenção da Execução Penal’. A exposição foi feita durante o segundo dia do evento.



Foto: Carol De Vita (Agência F5)

O Desembargador ressaltou sobre o papel do Conselho da Comunidade na inclusão social do condenado, destacando a importância na recuperação e ressocialização do apenado. Para ilustrar a experiência na cidade de Campo Grande (MS), o Desembargador citou que o homem é produto do meio em que vive e que o convívio em sociedade é essencial, porém, com o tempo, surgiram comportamentos e condutas antissociais que levaram à criação de leis repressivas que tipificaram e atribuíram penas a quem as transgredir.

Salientou que, atualmente, há três vezes mais presos que o número total de vagas disponíveis, de modo que no Estado de Mato Grosso do Sul, visando a ressocialização dos apenados, um mecanismo encontrado foi celebrar contratos com a Secretaria de Estado de Educação. “Os segregados escolhidos prestam serviços de reforma e recuperação de escolas estaduais e o resultado é a satisfação das pessoas com o trabalho que realizam. Eles são remunerados pela atividade, têm remissão de pena e também trazem economia para o Estado em comparação à prestação dos mesmos serviços realizados por empresas privadas”, relatou o Corregedor.

O ENCONGE terminou com a publicação da Carta de Cuiabá que, segundo a presidente do colégio, contém “proposições que se tornam uma lei para os corregedores”.



Abril/2016

Corregedor participa da solenidade de entrega da Medalha Tiradentes



O Corregedor participou da solenidade de outorga da Medalha Tiradentes, realizada no dia 19/04/2016, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, em comemoração ao Dia de Tiradentes: Congratulado com o recebimento da Medalha Tiradentes em 19/04/2016, pelo Comandante – Geral da Polícia Militar, coronel Jorge Edgard Júdice Teixeira e o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, José Carlos Barbosa.

Desembargador recebe título de cidadão Gloriadouradense



Na data de 29 de abril de 2016, na abertura oficial da 28ª Expoglória, o Desembargador Julizar Barbosa Trindade recebeu homenagem de Cidadão Gloriadouradense, concedida pela Câmara de Glória de Dourados/MS.

Maio/2016

XIII Encontro Estadual de Escrivães e Chefes de Cartório



O XIII Encontro Estadual de Escrivães e Chefes de Cartório, realizado entre os dias 9 e 10 de maio de 2016, no auditório do Novotel, em Campo Grande/MS, o presidente do Tribunal de Justiça de MS, Des. João Maria Lós, fez a abertura do evento, recepcionando aproximadamente 160 servidores que vieram das diversas comarcas do Estado. O evento foi uma realização do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS).

Além do presidente, participaram da abertura do evento, o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, o diretor-Geral da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Cardoso Siqueira, e o presidente da Associação dos Escrivães e Chefes de Cartório, Aleixo Froés.

O XIII Encontro Estadual de Escrivães e Chefes de Cartório teve como objetivo promover o alinhamento estratégico entre a administração e os gestores de cartórios, propiciando ferramentas que possibilitem a otimização dos conhecimentos, habilidades e atitudes relativas à liderança, foco em resultados, motivação, gestão de equipes de trabalho, gestão por competências e impacto no ambiente de trabalho, além de disseminar os novos sistemas, recursos tecnológicos, ferramentas e práticas cartorárias que viabilizem a otimização dos trabalhos cartorários.

Inauguração da escola reformada por detentos do regime semiaberto



O Corregedor participou da inauguração da 5ª Escola Estadual de Campo Grande, Escola Estadual Padre José Scampini, reformada por detentos do regime semiaberto. A obra faz parte do projeto Pintando e Revitalizando a Educação com Liberdade, realizado em 17/05/2016.

Junho/2016

Projeto Petição 10, Sentença 10 em Mato Grosso do Sul



No dia 16 de junho de 2016, o Tribunal de Justiça de MS lançou o projeto “Petição 10, Sentença 10”, no Plenário do Tribunal Pleno. O projeto prima pela qualidade e não pela quantidade ao propor mudar a cultura de manifestações extensas no processo, reduzindo o tamanho das peças, além de minimizar o impacto ambiental.

O Corregedor-Geral de Justiça prestigiou o lançamento do projeto, além de outras autoridades como a procuradora Jaceguara da Silva Passos, representando o MP; o defensor público Guilherme Cambraia de Oliveira, representando a Defensoria Pública; o procurador geral adjunto do Estado Fernando Cezar Zanele, o presidente da OAB/MS Mansour Elias Karmouche, juízes e desembargadores, estudantes de Direito das universidades da Capital, professores, coordenadores de curso e servidores.

Simpósio sobre o novo CPC e as atividades notariais e registrais

Nos dias 17 e 18 de junho, foi realizado, na sede da ANOREG-MS, o Simpósio “O Novo Código de Processo Civil e as Atividades Notariais e Registrais”. O Corregedor-Geral de Justiça discursou na cerimônia de abertura, ressaltando que eventos dessa natureza são essenciais para a compreensão da nova legislação e, conseqüentemente, para a prestação de um serviço com segurança jurídica, parabenizando a ANOREG-MS pela iniciativa.

Durante o Simpósio foram discutidos temas relevantes como a hipoteca judiciária, responsabilidade civil do notário e registrador, usucapião administrativa, fraude a execução, dentre outros, tendo como palestrantes o Desembargador Wilson Bertelli do TJMS, Juan Pablo Correa Gossweiler (registrador de imóveis em Campo Grande-MS), Alexandre Ávalo (advogado em MS) e Leandro Corrêa (notário em Maracaju-MS).

Estiveram presente ao Simpósio, ainda, o Desembargador Marcelo Câmara Raslan, DR. Aluísio Pereira dos Santos (Juiz Corregedor Permanente em Campo Grande), Dr.^a Elizabete Anache (Juíza Auxiliar da CGJ), dentre outras autoridades.

Agosto/2016

Corregedor prestigia inauguração do fórum ecoeficiente na Comarca de Terenos

Em 5 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça inaugurou o Fórum da Comarca de Terenos, que marcou o avanço do Judiciário em construções ecologicamente corretas. O novo prédio possui o nome da Desa. Marilza Lúcia Fortes, que faleceu em setembro de 2012, e possui área construída de 931,92 m², com R\$ 2.560.000,00 de valor investido.

Um ponto significativo da construção do prédio é a sustentabilidade e eficiência energética da construção, pois foi dotado de um sistema de captação, armazenagem e reaproveitamento de águas pluviais para limpeza externa e molhagem do jardim, condicionadores de ar tipo split, telhas termoacústicas, pintura de paredes externas em cores predominantemente claras, luminárias e lâmpadas de alta eficiência e válvulas de descarga hidra duo, que economizam até 30% de água.

Além dos presidentes do TJMS e da Amamsul, estiveram na solenidade o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, o juiz auxiliar da Presidência do TJ, Alexandre Antunes da Silva, o juiz da Comarca de Rio Brilhante, Marco Antonio Montagnana Moraes, que atuou por quatro anos em Terenos; o juiz aposentado Darion Leão Lino; o desembargador aposentado Higa Nabukatsu; o governador Reinaldo Azambuja, a prefeita de Terenos Carla Brandão; o deputado estadual Beto Pereira; o presidente da Câmara de Terenos, vereador Leandro Costa; o procurador de Justiça George Zarour César; o defensor Público Rodrigo Zoccal Rosa; e o vice-presidente OAB/MS Gervásio Oliveira Jr.

Corregedor-Geral de Justiça participa do 72º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça

O Desembargador Julizar Barbosa Trindade participou do 72º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil (Encoge), realizado em Brasília, nos dias 11 e 12 de agosto de 2016, no Superior Tribunal de Justiça.

No encerramento do evento foi publicada a Carta de Brasília, que propõe o tema relacionado a foro extrajudicial como pauta obrigatória. Os Corregedores-Gerais de Justiça sugeriram que os juízes corregedores permanentes sejam orientados a exercer, com rigor, a fiscalização da prestação de contas dos serventuários extrajudiciais interinos (que atuam em cartórios) quanto às despesas apresentadas e efetivamente realizadas, para evitar a evasão de receita.

Foi proposto ainda ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o cadastramento obrigatório dos oficiais de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e a recepção de ordens de indisponibilidades que atinjam as quotas sociais de sociedades simples.



Fonte: Assessoria de Comunicação da CGJ-MT e do STJ

Corregedor participa do lançamento do programa “Judiciário em Movimento”



No dia 24 de agosto de 2016 o Corregedor participou da cerimônia de lançamento do programa “Judiciário em Movimento”, que torna 100% dos municípios sul-mato-grossenses sedes de comarcas. A iniciativa tem a parceria do Ministério Público, da Defensoria Pública e da OAB/MS.

Na solenidade foram sancionadas a Lei nº 4.904/2016, que regulamenta a Emenda Constitucional que acrescenta o art. 112-A à Constituição Estadual; eleva comarcas a categoria de segunda entrân-

cia; acrescenta dispositivos à Lei nº 1.511/94; a Lei nº 4.905/2016; que cria a vara judicial na estrutura do Poder Judiciário; a Lei nº 4.906/2016, que cria cargos para compor a estrutura de pessoal da magistratura de MS, e a Lei nº 4.907/2016, que altera a Lei nº 3.687/09, e dispõe sobre o quadro de pessoal do Judiciário.

Outrossim, foram assinados dois provimentos: o de nº 372, que instala a Vara da Justiça Itinerante, e o de nº 373, que instala a Vara de Execução penal do interior.

Além do Corregedor-Geral de Justiça, os presidentes do TJMS, da Amamsul, da Assembleia Legislativa e do Governador, prestigiaram a solenidade o presidente do TRE/MS, Des. Divoncir Schreiner Maranhão; o presidente da OAB/MS, Mansour Elias Karmouche; o Defensor Público-Geral, Luciano Montalli; o Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos; o presidente da Assomasul, Antonio Ângelo Garcia dos Santos, e o presidente do TCE/MS, conselheiro Waldir Neves, além de desembargadores, juízes da Capital e outras autoridades.

Corregedor-Geral participa da assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a OAB/MS

Na data de 10 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça de MS, por meio da Escola Judicial, firmou um termo de cooperação técnica com a OAB/MS que visa a criação de uma comissão mista, formada por magistrados do Poder Judiciário e membros da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional MS, para discutir e formar entendimentos quanto à aplicação do Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em março deste ano.

Consoante o referido termo, as ações serão voltadas à promoção do conhecimento, ao intercâmbio de informações e experiências em todas as áreas da formação e aperfeiçoamento profissional para a efetividade da justiça em Mato Grosso do Sul.

Pelo Poder Judiciário, integram a comissão o Des. Vilson Bertelli e os juízes Alessandro Carlos Meliso Rodrigues, Mário José Esbalqueiro Jr. e José de Andrade Neto. Além dos integrantes da comissão e dos advogados que fazem parte do grupo de estudos, prestigiaram a solenidade de assinatura do termo de cooperação o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, e o presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, Des. Marco André Nogueira Hanson.

Corregedor-Geral prestigia ciclo de palestras da Escola Judicial

No dia 19 de agosto de 2016, a Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS) realizou, no Plenário do Tribunal Pleno, um Ciclo de Palestras voltado aos magistrados e servidores, transmitido ao vivo para todas as Comarcas do Estado pela intranet.

Estiveram presentes participando do ciclo de palestras o presidente do TJMS, Des. João Maria Lós, o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, o diretor-geral da Escola Judicial, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso e o vice-diretor da Escola, Des. Odemilson Roberto Castro Fassa, e os desembargadores Ruy Celso Barbosa Florence, Luiz Gonzaga Mendes Marques, Sideni Soncini Pimentel, Nélio Stábile, Marcelo Câmara Rasslan e a desembargadora Maria Isabel de Matos Rocha.

Alguns dos temas abordados foram: “Sentença: estrutura e interpretação”, ministrada pelo desembargador aposentado do TJMS, Jorge Eustácio da Silva Frias e “Usucapião”, ministrada pelo desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Benedito Silvério Ribeiro.

Setembro/2016

Corregedor-Geral de Justiça prestigia a entrega da obra da



6ª escola reformada por presos

O Corregedor-Geral de Justiça prestigiou no dia 14 de setembro de 2016 a entrega da reforma de mais uma escola estadual feita por 15 detentos do regime semiaberto de Campo Grande. Foi a 6ª escola reformada pelo projeto “Pintando e Revitalizando a Educação com Liberdade”, que utiliza a mão de obra e o dinheiro de presos.

O projeto “Pintando e Revitalizando a Educação com Liberdade”, idealizado pelo juiz da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, Albino Coimbra Neto, tem como proposta que os materiais de construção e tudo o que é necessário para a reforma sejam comprados com um

fundo arrecadado pelo desconto de 10% do salário de cada preso da Capital, que trabalha em convênios firmados com o poder público ou iniciativa privada.

Os presos do regime semiaberto destacados para trabalhar recebem salário pago pelo Estado. A obra contemplou pintura geral, acessibilidade aos alunos cadeirantes, refeitório coberto, readequação de salas, como a dos professores, hidráulica, elétrica, enfim, tudo foi revitalizado, com destaque para a construção, a partir do chão batido, de uma quadra de esportes. Além do Corregedor, prestigiaram a entrega da reforma, além do Des. João Maria Lós, do juiz Albino Coimbra Neto, do



secretário da Sejus, o juiz auxiliar da Presidência do TJMS, Paulo Afonso de Oliveira; o defensor público geral, Luciano Montalli, a secretária de Educação de MS, Maria Cecília Amêndola da Motta, o diretor presidente da Agepen, Ailton Stropa Garcia, entre outras autoridades.

Projeto “Mãos que constroem”

O Corregedor-Geral de Justiça participou na data de 21 de setembro de 2016 da reunião em que foi firmado o termo de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e o SENAI, visando oferecer cursos de qualificação profissional na área da construção civil, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado (FIEMS/SENAI), aos reeducandos que integram o projeto “Mãos que Constroem”.

O Projeto visava a ressocialização e diminuição da pena, de modo que a iniciativa garantirá

inicialmente 80 vagas para o curso de pedreiro de alvenaria. Estão previstas, ainda, aulas teóricas e práticas, que serão realizadas no próprio local em que os reeducandos trabalharão, seja na reforma das unidades ligadas a segurança pública ou escolas.

O projeto “Mãos que Constroem” tem como principal finalidade reformar os imóveis da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) utilizando a mão de obra carcerária. A reforma da 4ª Delegacia de Polícia Civil, no Bairro Moreninha II, será a obra piloto do programa. O contrato de prestação de serviço foi firmado por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e o Conselho da Comunidade de Campo Grande, que prevê a contratação de 10 internos dos regimes aberto e semiaberto do sistema prisional da Capital, nas especialidades de pedreiro, pintor, eletricista, encanador e ajudante geral.

Na assinatura do termo encontravam-se presentes o vice-presidente do TJMS, desembargador Paschoal Carmello Leandro, o secretário adjunto da Sejusp, delegado Antonio Carlos Videira, o superintendente de Políticas Penitenciárias, Rafael Garcia, o diretor-presidente da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (Agepen/MS), Ailton Stropa Garcia, o diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/MS), Jesner Marcos Escandolhero, dentre outras autoridades.

Corregedor faz abertura do II Encontro Internacional da Família Acolhedora

Na data de 1º de setembro de 2016, o Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Julizar Barbosa Trindade, fez a abertura oficial do II Encontro Internacional de Família Acolhedora, promovido pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), do TJMS, em parceria com a Escola Judicial (Ejud-MS), que foi realizado no plenário do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS).

Após recepcionar os participantes, o Corregedor lembrou que, antigamente, a criança e o adolescente não tinham lugar na formação da sociedade, sendo encaminhados precocemente ao trabalho, sem oportunidades de estudos e formação para o futuro. “Um marco da mudança das lentes utilizadas pela legislação brasileira para enxergar a infância. É a partir desse marco que se passou a olhar para a criança como pessoa em especial condição de desenvolvimento, digna de receber proteção integral e de ter garantido seu melhor interesse. E, entre os direitos da criança e do adolescente, está o de ser acolhido preferencialmente em instituição familiar. Desta previsão surgiu o instituto da Família Acolhedora, em substituição às entidades de acolhimento”, discursou.

Destacou, ainda, que “No mundo jurídico não era diferente, pois nossos códigos determinavam prioridades para os presos provisórios, idosos e portadores de necessidades especiais e somente no século passado passou a tratar dos direitos das crianças e adolescentes, notadamente, após a II Guerra Mundial e a Convenção de Genebra”.

Apontou que, com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil passou a adotar medidas concretas para tratar como prioridade absoluta os direitos da criança e do adolescente. “São conquistas importantes da legislação brasileira em olhar para a criança como pessoa digna de carinho e atenção especial e, direitos garantidos com atendimento prioritário e este encontro é especial e histórico para fazer acontecer a proteção à criança, que deve ser acolhida no seio familiar”, destacou o Corregedor, salientando que o projeto Família Acolhedora surgiu na Inglaterra no final do século passado e, no Brasil, em 2003, na comarca de Camapuã.

Os trabalhos do dia terminaram com a mesa redonda “Breve Contextualização do Acolhimento de Crianças Indígenas”, mediada pela juíza Katy Braun do Prado, da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Campo Grande, e a apresentação de experiências de famílias acolhedoras de crianças indígenas no Canadá, com o assistente social Delton Vaughn Hochstedler, coordenador da Associação Brasileira Beneficente ASLAN (ABBA) e um representante do CNJ.

Houve também a entrega do Selo Amigo da Criança e do Adolescente, uma honraria criada pela CIJ para homenagear pessoas físicas, jurídicas e entidades por relevantes serviços prestados, além de ações e projetos desenvolvidos em prol da criança e do adolescente. Receberam o selo Delton Vaughn Hochstedler, coordenador da Associação Brasileira Beneficente Aslan (ABBA); o prefeito de Camapuã Marcelo Duailibi; o presidente do Sicredi/MS, Sadi Masiero; a gestora do Damásio Educacional Thaís Fontoura; o prefeito de Coxim, Aluizio São José; a secretária



de Assistência Social de Camapuã, Djasli Maiaroti; a secretária estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho de MS, Elisa Nobre, e a primeira-dama de MS Fátima Azambuja.

Corregedor-Geral de Justiça participa da reunião que firmou Termo de Cooperação Técnica com o SENAI para qualificação de presos

No dia 24 de setembro de 2016, o Corregedor-Geral de Justiça participou da reunião, juntamente com o Presidente do TJMS, Des. João Maria Lós, e o Juiz Titular da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande/MS, Dr. Albino Coimbra Neto, na qual foi celebrado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional de Mato Grosso do Sul (FIEMS/SENAI) um termo de cooperação técnica que garantirá a efetivação de políticas para o desenvolvimento de cursos de iniciação profissional e qualificação profissional básica na área de construção civil, a fim de promover a reinserção social de internos do regime aberto e semiaberto.

Também participaram da reunião o vice-presidente do TJMS, Des. Paschoal Carmello Leandro, o Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública, José Carlos Barbosa, o diretor-presidente da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (Agepen/MS), Ailton Stropa Garcia, o presidente da FIEMS, Sergio Longen, o diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/MS), Jesner Marcos Escandolhero, dentre outras autoridades.

Outubro/2016

Corregedor Geral de Justiça prestigia troca de comando no CMO

O Des. Julizar Barbosa Trindade, Corregedor Geral de Justiça, esteve no Comando Militar do Oeste (CMO) na data de 14 de outubro de 2016 para prestigiar a cerimônia de passagem de Comando do Comando Militar do Oeste (CMO), do General de Exército Paulo Humberto Cesar de Oliveira para o General de Exército Gerson Menandro Garcia de Freitas.

Corregedor participa da entrega da reforma do Fórum de Bandeirantes



O Corregedor-Geral de Justiça participou no dia 27 de outubro de 2016 da cerimônia de entrega da reforma do prédio do Fórum da Comarca de Bandeirantes, juntamente com o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador João Maria Lós; o desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marque; o presidente da Amamsul, Luiz Felipe Medeiros Vieira; o juiz Diretor do Foro de Bandeirantes, Vitor Dias Zampieri, além de outros juízes, promotores, advogados e autoridade políticas da região.

A cerimônia foi realizada no plenário do Tribunal do Júri.

Novembro/2016

Composição da mesa de abertura no 60º Curso de Formação Inicial para Novos Servidores

O Corregedor-Geral de Justiça compôs a mesa do 60º FINS – Formação Inicial para Novos Servidores do Poder Judiciário, realizado no período de 9 a 11 de novembro de 2016. O curso, com duração de três dias, teve o objetivo de proporcionar aos novos servidores um momento de aprendizado, integração e socialização, bem como de apresentar um panorama sobre a estrutura, cultura e valores organizacionais, sustentabilidade, diretrizes e perspectivas do Poder Judiciário de MS.

Corregedor participa do 73º ENCOGE



O 73º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça foi realizado no período de 23 a 25 de novembro de 2016, em São Paulo, com o tema “A Corregedoria na Pós-Modernidade: por um novo Kairós”. Dentre as questões debatidas, foram proferidas palestras sobre ética, visão e crise na Magistratura; relação juiz-imprensa, mídias sociais e Loman; novo CPC; reprodução assistida; audiência de custódia e violência doméstica.

O evento encerrou com a elaboração da Carta de São Paulo, documento que reúne as recomendações e conclusões a que chegaram os magistrados de todo o país após dias de debates. Ao final dos trabalhos, Manoel de Queiroz Pereira Calças foi eleito por unanimidade como o próximo presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais. O mandato terá duração de um ano. Como vice-presidente foi escolhido o corregedor-geral de Minas Gerais, desembargador André Leite Praça. Para 2º vice-presidente foi eleito o corregedor-geral do Distrito Federal e Territórios, desembargador José Cruz Macedo, como secretária foi votada a corregedora-geral do Maranhão, desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, e o corregedor-geral do Espírito Santo, desembargador Ronaldo Gonçalves de Souza, foi conduzido ao cargo de tesoureiro.



Corregedor é nomeado patrono do 1º Programa de Qualidade para Notários/MS

Na data da 28 novembro de 2016, foi realizada na sede da ANOREG/MS, a cerimônia para entrega dos certificados de participação e aproveitamento no curso ministrado pela empresa especializada na área, Quality, denominado Programa de Qualidade para Cartório (PQC/MS), visando ao aprimoramento dos notário e tabeliães. Foram inscritos 34 titulares e colaboradores, totalizando 15 serventias devidamente certificadas pela empresa QualityCart com o selo PQC-MS 2016.

O Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Julizar Barbosa Trindade e a Juíza Auxiliar, Dra. Elizabete Anache, estiveram presentes no evento. O Corregedor foi nomeado como patrono do primeiro PQC/MS.



Dezembro/2016

Corregedor-geral de Justiça compõe mesa da abertura da palestra do Dr. Augusto Cury

Na data de 1º de dezembro de 2016, no plenário do Tribunal Pleno do TJMS, o Corregedor-Geral de Justiça compôs a mesa da palestra “Sustentabilidade Emocional”, ministrada pelo Dr. Augusto Cury aos magistrados sul-mato-grossenses, encerrando as atividades do ano de 2016 da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS). Na ocasião, o Corregedor representou o Presidente do TJMS.



Corregedor-Geral de Justiça participa de evento para lançar o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – CERi/MS

A Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso regulamentou a Central Eletrônica de Registro de Imóveis do Estado de Mato Grosso do Sul (Ceri-MS), para operacionalização do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), no dia 18 de novembro, por meio do Provimento-CGJ nº 146/2016.

O Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) é operado pela Ceri-MS, central criada em plataforma única e integrada obrigatoriamente por todos os oficiais de registro de imóveis para o armazenamento, a concentração e a disponibilização de informações. Destina-se também à efetivação das comunicações exigidas sobre os atos praticados nos serviços de registro de imóveis, além da prestação dos respectivos serviços por meio digital e de forma interligada.



A implantação do sistema visa desmaterializar procedimentos registrais internos das serventias e facilitar a troca de dados entre os cartórios de registro de imóveis, o Poder Judiciário, a administração pública e o público em geral, de modo a imprimir eficácia e celeridade na prestação jurisdicional e do serviço público. Toda e qualquer solicitação feita por meio da Ceri-MS será enviada ao Serviço de Registro de Imóveis competente, que será o único responsável pelo respectivo processamento e atendimento, pois o registrador escriturará e manterá, em segurança e sob seu exclusivo controle, os indicadores, documentos e dados eletrônicos, bem como os livros físicos, respondendo, indefinida e permanentemente, por sua guarda e conservação.

O sistema Ceri/MS foi lançado pela Anoreg-MS (Associação dos Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul) na data de 2/12/2016, ocasião em que o Corregedor-Geral de Justiça foi homenageado.

Ao discursar, o Desembargador Julizar Barbosa Trindade ressaltou que o novo serviço vai contribuir para o Judiciário. “Eu vejo como uma ferramenta da maior importância para o bom funcionamento do judiciário. O programa vai permitir, por exemplo, que um credor que entra na justiça para receber o seu crédito vai poder rapidamente entrar no sistema e saber se o seu devedor possui algum imóvel no Estado. Antes a pessoa tinha que fazer a pesquisa em cada cartório dos municípios”, disse.

ENCONTROS E EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Encontro dos Escrivães e Chefes de Cartórios

Por sugestão da Corregedoria, o XIII Encontro de Escrivães e Chefes de Cartórios do Poder Judiciário de MS, que ocorreu no ano de 2016, foi reestruturado para ser desenvolvido em duas etapas: a primeira, promovida pela Escola Judicial (EJUD), dirigida aos chefes de cartório e escrivães de todo o Estado, com a apresentação de informações gerais de interesse da categoria; e a segunda, correspondente a um curso planejado em três módulos ministrados por servidores da Secretaria da CGJ, em formato que possibilitou a exposição de matérias de interesse dos cartórios participantes, incluindo a temática sobre Gestão.



OUTRAS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

Outubro/2015

Outubro Rosa: Servidores da Corregedoria-Geral de Justiça fazem campanha de conscientização contra o Câncer de Mama

No mês de outubro de 2015, os servidores lotados na Corregedoria-Geral de Justiça aderiram à Campanha de Conscientização conhecida como Outubro Rosa, movimento internacional que promove a luta contra o câncer de mama e estimula toda a população a participar de ações de prevenção à doença.

O movimento Outubro Rosa teve início em 1990, na primeira corrida pela Cura realizada em Nova York. Desde então é promovida anualmente naquela cidade. As ações preventivas espalharam-se pelo mundo com objetivo de levar esclarecimento e chamar a atenção de um grande número de mulheres na luta para prevenção do câncer de mama.



Novembro/2015

Novembro Azul: Campanha de Conscientização

Servidores da Corregedoria-Geral de Justiça lançaram em novembro de 2015 o apoio à Campanha Novembro Azul, que teve como objetivo a conscientização, desmistificação e incentivo à realização do exame de prevenção ao câncer de próstata.

A campanha Novembro Azul alerta que todo homem com mais de 40 anos deve fazer o exame preventivo. As estimativas do Instituto Nacional de Câncer para 2015 são de cerca de 68.800 novos casos de câncer de próstata. Cerca de seis, em cada 10 casos, são diagnosticados em homens com mais de 65 anos, sendo raro antes dos 40 anos.

A doença é a segunda principal causa de morte por câncer em homens, superado apenas pelo câncer de pulmão. (Fonte: <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2016/11/03/cancer-de-prostata-e-a-2-maior-caoa-de-morte-pela-doenca-entre-homens.htm>).



CGJ recebe visita de representantes de entidades de adoção da Itália

Na data de 25/11/2016, a Corregedoria-Geral de Justiça recebeu a visita de dois representantes da Associação Il Mantello, da Itália. Gerardina Paciolo, presidente da Associação, e Pasquale D'Avino, tesoureiro e membro do conselho deliberativo da IL Mantello, foram recebidos pela diretora da Secretaria da Corregedoria, Azenaide Rosselli Alencar. Gerardina trabalha há 30 anos com adoção e há 20 atua pela Il Mantello no Brasil, sendo a instituição devidamente credenciada junto à Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF) e à Polícia Federal.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Gestão, referente à administração do Desembargador Julizar Barbosa Trindade, sintetiza as principais atividades e projetos desenvolvidos durante o biênio 2015/2016, bem como resultados e metas alcançados no exercício de suas atribuições funcionais.

O Corregedor-Geral de Justiça pautou suas ações na efetividade das organizações correccionais na seara judicial e extrajudicial, na maximização da transparência, gestão de processos e rotinas, identificando gargalos para desobstruir o fluxo processual.

Ao assumir a Corregedoria-Geral de Justiça, o Desembargador foi informado da defasagem de 9 (nove) servidores, porém com o propósito de não aumentar as despesas para o Tribunal de Justiça, manteve-se o mesmo quadro e foi obtida melhoria no atendimento e produção durante o biênio. Desse modo, a Corregedoria-Geral de Justiça atendeu com primazia a todas as metas da Corregedoria Nacional de Justiça, orientações do Conselho Nacional de Justiça e Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça deste Estado, sempre buscando tornar a justiça mais próxima do cidadão, mais ágil e eficaz.

O resultado das atividades desempenhadas pelo Corregedor-Geral de Justiça contou com a valorosa colaboração do Corregedor-Geral de Justiça Adjunto, Desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques, dos Juízes Auxiliares, Dra. Elizabete Anache e Juliano Rodrigues Valentim, e toda a estrutura funcional de servidores, que unidos pela consciência de equipe, superaram dificuldades, venceram resistências e abraçaram novas perspectivas de modernização de rotinas de trabalho.

DES. JULIZAR BARBOSA TRINDADE

Corregedor-Geral de Justiça